

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO PLS 2022 – TRT6

TRT6

Resumo do desempenho dos indicadores de sustentabilidade referentes ao PLS 2022 do TRT6 e das principais ações desenvolvidas pelas áreas responsáveis no âmbito do Regional.

Seção de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão

20/01/2023



Sumário

introdução	2
plano de logística sustentável (pls – 2022)	3
ações desenvolvidas em 2022	4
Principais Iniciativas	4
Sustentabilidade	4
Acessibilidade e Inclusão	5
Escola Judicial - EJUD6	6
Coordenadoria de Comunicação Social - CCS	7
Coordenadoria de Licitações e Contratos - CLC	9
Coordenadoria de Planejamento Físico - CPLAN	9
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC	9
Secretaria de Gestão de Pessoas - SGEP	10
Secretaria de Polícia Judicial - SPJ	10
Assessoria da Presidência	10
EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES	11
Força de Trabalho	11
Papel	15
Copos Descartáveis	15
Água Envasada em Embalagem Plástica	16
Impressão	16
Consumo de Energia Elétrica	17
Água e Esgoto	19
Gestão de Resíduos	20
Limpeza	23
Vigilância	24
Telefonia	26
Veículos	28
Combustível	31
Aquisições e Contratações Sustentáveis	33
ACOMPANHAMENTO ANUAL DOS INDICADORES- 2022.	34

Relatório de desempenho do PLS 2022 – TRT6

INTRODUÇÃO

Este relatório trata da Gestão Socioambiental desenvolvida no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6), aborda o Plano de Logística Sustentável (PLS), os resultados dos principais indicadores socioambientais, as ações e práticas sustentáveis adotadas pelo órgão em 2022; bem como aborda o panorama dessa temática no Poder Judiciário. O relatório fornece ainda, em anexo, a consolidação dos indicadores socioambientais, como exigido pela Resolução CNJ nº 400/2021, assim como apresenta alguns demonstrativos mais detalhados.

Promover o trabalho decente e a sustentabilidade é um dos objetivos estratégicos constantes em nosso planejamento. Assim, a racionalização e o consumo consciente de materiais e serviços visando o uso sustentável dos recursos naturais e dos bens públicos é uma de nossas prioridades.

É evidente a atual ênfase dada a temática da Sustentabilidade no Poder Judiciário por meio da atuação do Conselho Nacional de Justiça, que vem implementando diversas ações voltadas à preservação ambiental, como a implantação do Observatório do Meio Ambiente; bem como o movimento que se tem feito em função dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU, e da Agenda 2030. Além disso, a Gestão Socioambiental atingiu maior relevância entre os requisitos atribuídos à aferição dos resultados para a premiação do Selo CNJ, haja vista que foram atribuídos 45 pontos a esta temática quando da avaliação do Selo Qualidade do CNJ.

Assim, a existência de um Plano de Logística Sustentável é uma importante ferramenta de planejamento que visa estabelecer processos estruturados, com definição de responsabilidades e promoção de ações, metas, indicadores, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação de práticas de sustentabilidade e racionalização na Administração Pública

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS – 2022)

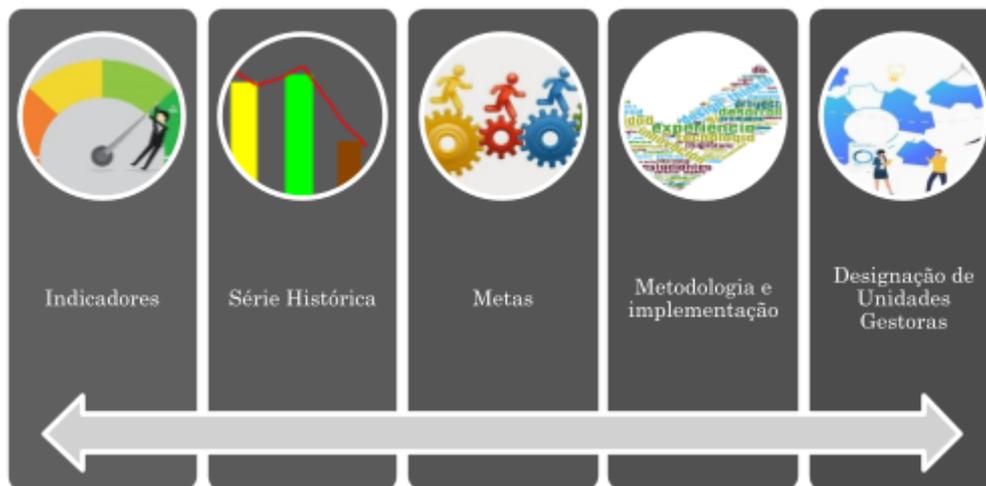
Com a Resolução nº 201, de 03 de março de 2015, o Conselho Nacional de Justiça colocou o tema da sustentabilidade em pauta no âmbito do Poder Judiciário, voltando-se mais efetivamente à questão da responsabilidade socioambiental, fazendo com que todos os Tribunais instituíssem unidade específica em sua estrutura organizacional e plano diretor, o Plano de Logística Sustentável – PLS.

O Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PLS-TRT6) tem o intuito de despertar, no âmbito deste Regional, seja em magistrados, servidores, estagiários e em todos demais colaboradores, sobre a importância de se adotar práticas sustentáveis para manutenção da qualidade de vida no planeta terra.



O Plano de Logística Sustentável PLS-TRT6, foi aprovado em 19 de dezembro de 2022, com vigência para o período 2022-2026, através do Ato TRT-GP nº 605/2022. Sua elaboração obedeceu ao alinhamento com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário e ao Plano Estratégico Institucional e abrangem os indicadores de uso eficientes de insumos, materiais e serviços, energia elétrica, água e esgoto, gestão de resíduos, qualidade de vida, e no ambiente de trabalho, sensibilização e capacitação contínua do quadro de pessoal, deslocamento de pessoal com foco

na redução de gastos e emissão de poluentes, obras de reforma e leiaute, equidade e diversidade, aquisições e contratações sustentáveis.



Temas	Siglas	Unidades Correspondentes
Fontes para apuração dos indicadores por temas - TRT6		
6; 7; 8.10; 8.12; 10	CEMA	Coordenadoria de Engenharia e Manutenção
11; 13; 14	SPJ	Secretaria de Polícia Judicial
15; 18.2	CCS	Coordenadoria de Comunicação Social
2;3;4; 8.8	CMLOG	Coordenadoria de Material e Logística
9	CPLAN	Coordenadoria de Planejamento Físico
18.1; 18.3; 18.4	EJUD6	Escola Judicial do TRT6
16	SA	Secretaria Administrativa
5; 12	STI	Secretaria de Tecnologia da Informação
19; 17	SGEP	Secretaria de Gestão de Pessoas
8	SSAI	Seção de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2022

Principais Iniciativas

Sustentabilidade

- Homenagem aos 10 anos do programa nacional de prevenção de acidentes de trabalho.
- Promoção de palestra sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes
- Visita à cooperativa de reciclagem, em Abreu e Lima.
- Homenagem aos 12 anos da feira de orgânicos.
- Doação de bens móveis ao Centro de Assistência Social Sandra Moraes.
- Realização da Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação no Judiciário.
- Promoção da feira orgânica na sede do Memorial.
- Webinário sobre exploração sexual debatendo uma das piores formas de trabalho infantil.
- Twittaço realizado contra o trabalho infantil pela Justiça do Trabalho e CNJ.
- Programa de erradicação ao combate ao trabalho infantil e de estímulo à aprendizagem.
- Lançamento da campanha “Todo Movimento Conta”.
- Doação de bens móveis à Marinha.
- Campanha de Conscientização de Combate ao Fumo.
- Campanha para incentivar a coleta seletiva.
- Campanha “Corregedoria Solidária”, com a arrecadação de mais de 2 toneladas de alimentos para comunidades realizada pela Corregedoria Solidária
- Arrecadação de doações para campanha em prol de desabrigados da Comunidade de Santa Luzia.
- Doação de bens móveis para o Instituto Monã.
- Doação de bens móveis para a Secretaria do Meio Ambiente de Olinda.
- Doação de caminhão para o Hospital de Câncer de PE.
- Doação de equipamentos para Secretaria de Segurança Cidadã de Olinda.
- Doação de bens a UFPE.
- Realização de mutirão de coleta seletiva na Semana do Meio Ambiente.
- Execução dos cursos de “EaD-Autoinstrucionais” e um “Momento Responsabilidade Socioambiental”.
- Centros de Conciliação se empenham e fazem até decoração especial para favorecer acordos.
- Realização de Feira de Orgânicos na sede do Memorial.
- realização de workshop sobre o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
- Comemoração do dia Mundial de Combate ao trabalho infantil
- Apresentação do grupo SaGramma
- Dia de proteção às florestas é lembrado pela Seção de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão.
- Apresentação de projeto-piloto sobre enfrentamento de tráfico de pessoas
- Campanha de Vacinação HPV e Herpes Zóster
- Campanha de Aplicação de Flúor
- Campanha “Todo Movimento Conta” tem abertura com café da manhã e Aula de Ritbox.
- Café da manhã de abertura da volta da Feira de orgânicos no Fórum da Imbiribeira
- Projeto Borarruar promove caminhada sobre a vida noturna do Recife Antigo do século passado.
- Programa de Combate ao Trabalho Infantil leva exposição a Arcoverde.

- Realização da campanha Setembro Amarelo – a importância do autocuidado e organização de uma série de ações para conscientização sobre a importância da vida e de ajudar na prevenção do suicídio no setembro amarelo.
- Desembargadoras do TRT-6 apoiam o “Outubro Rosa”.
- Realização da Campanha Novembro Azul, com a realização, pelo Núcleo de Saúde, de 160 testes e aplicação de 200 doses de vacinas.
- Apresentação da Orquestra Criança Cidadã no encerramento do ano letivo.
- Foram coletados 4.132,54 Kg de papel e papelão, 1.748,60 Kg de resíduos plásticos, 663,50 Kg de resíduos metálicos, 336,60 Kg de vidros, 122,00 Kg de sucata eletrônica, 159,74 Kg de pilhas e baterias e 390,25 Kg de resíduos de enfermagem e hospitalar para descontaminação e tratamento no transcorrer do ano de 2022.’

Acessibilidade e Inclusão

- Realização de Live Comemorativa aos 20 Anos da Lei 10.436/2002, que reconhece a Libras como idioma oficial.
- Lançamento do curso Básico de Atendimento em Libras no TRT6.
- Promoção do curso Processo Administrativo Eletrônico (PROAD) direcionado aos servidores com deficiência visual do TRT6, alinhado com as normas de acessibilidade e inclusão em vigor.
- Elaboração de questionário para acompanhamento sócio-funcional de servidores com deficiência.
- Realização de atividades voltadas para o “Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência”.
- Contratação de duas pessoas com Síndrome de Down para o Programa de Aprendizagem.
- Exposição “Ser especial é o que nos faz diferentes”, do fotógrafo Nicholas Filinkoski, que tem Síndrome de Down.
- Evento em homenagem ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.
- Realização da palestra “Inclusão laboral de pessoas com Síndrome de Down como estratégia de inovação no ambiente organizacional”.
- Realização de live sobre a ascensão da mulher negra no mercado de trabalho.
- Oferecimento do curso LIBRAS para atendimento na JT em EaD-Autoinstrucional.
- Projeto Casa Aberta do TRT-6 recebe visita de crianças do Bope Social.
- Lançamento de curso sobre identidade de gênero e promoção de live sobre LGBTQIAP+
- Curso de Ferramentas Google para jovens do Programa de Aprendizagem.
- Alunos do Colégio Madre de Deus recebidos no projeto “Casa Aberta”.
- Promoção da primeira edição do EJ6 Arte&Cultura.
- Vice-presidente do TRT-6 fala sobre equidade de gênero em evento da OAB-PE.
- Exposição itinerante Um Mundo sem Trabalho Infantil.
- Realização parceria para disponibilizar exames gratuitos de mamografia para mulheres de baixa renda e usuárias do SUS na Campanha Outubro Rosa.
- Promoção feirinha com entidades ligadas à prevenção do câncer de mama.
- Celebração do Dia da Consciência Negra com a live Racismo estrutural e identidade negra.
- Celebração do Dia Internacional da Mulher.
- Homenagem às mulheres, no mês alusivo à luta pela igualdade.
- Realização da Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação.

- ofertadas 3 turmas do curso EaD-autoinstrucional "Língua, Processo Trabalhista e Acessibilidade".
- Promoção de mudanças em seu Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA-Moodle) de forma a torná-lo acessível a pessoas com baixa visão, pessoas cegas e pessoas surdas.
- Realização de 10 eventos (presenciais e online síncronos) com presença de intérpretes de LIBRAS.
- Esforços no sentido de facilitar o acesso dos portadores de deficiência aos serviços públicos de sua competência
- Foram produzidas videoaulas com interpretação em LIBRAS para futuros cursos em EaD-autoinstrucionais.
- Foi ativado recurso de intérprete em LIBRAS virtual, alteração de cores e fontes no AVA-Moodle da EJUD6.
- Em todas as ações sejam de construção, reformas, locação de imóveis, com ampliação de suas áreas ou em possíveis mudanças de uso nos ambientes de todas as edificações do Regional, está Coordenadoria adota para todos os projetos as normas técnicas de acessibilidade, garantindo o acesso universal.
- O TRT6 vem envidando esforços no sentido de facilitar o acesso dos portadores de deficiência aos serviços públicos de sua competência, adotando medidas que abrangem tanto as instalações físicas, a exemplo da reserva de vagas para veículos que transportem pessoas com deficiência.
- Em áreas de estacionamento para o público interno (servidores e magistrados) é assegurada a reserva de vagas para veículos que transportem pessoas com deficiência de, no mínimo, 2% do total das vagas oferecidas em áreas próximas aos acessos à edificação principal, de acordo com a previsão em legislação específica.

Escola Judicial - EJUD6

Sensibilização e Capacitação do Corpo Funcional e Outras Partes Interessadas

Inserção nos cursos EaD-Autoinstrucionais um "Momento Responsabilidade Socioambiental", consistindo em vídeos curtos que abordam temas da área (ex. vídeo sobre Agenda 2030-ONU; Uso racional da água; consumo consciente etc.). Assistir aos vídeos é requisito necessário para o desenvolvimento do curso.

Estímulo de Consumo Consciente, Responsabilidade Socioambiental, Qualidade de Vida, Equidade e Diversidade

Inserção nos cursos EaD-Autoinstrucionais um "Momento Responsabilidade Socioambiental", consistindo em vídeos curtos que abordam temas da área (ex. vídeo sobre Agenda 2030-ONU; Uso racional da água; consumo consciente etc.). Assistir aos vídeos é requisito necessário para o desenvolvimento do curso.

No ano de 2022 foram ofertadas 4 turmas do curso "Básico de atendimento em LIBRAS na justiça do Trabalho"; também foi realizada Live em Comemoração aos 20 anos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e foram ofertadas 3 turmas do curso EaD-autoinstrucional "Língua, Processo Trabalhista e Acessibilidade".

Por fim, a Escola Judicial vem promovendo mudanças em seu Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA-Moodle) de forma a torná-lo acessível a pessoas com baixa visão, pessoas cegas e pessoas surdas. Em 2022 foi ativado recurso de intérprete em LIBRAS virtual, alteração de cores e fontes no AVA-Moodle da EJUD6.

Em 2022 foram realizados 10 eventos (presenciais e online síncronos) com presença de intérpretes de LIBRAS. Também em 2022 foram produzidas videoaulas com interpretação em LIBRAS para futuros cursos em EaD-autoinstrucionais.

Coordenadoria de Comunicação Social - CCS

Divulgações realizadas em 2022 sobre a temática Sustentabilidade:

Janeiro: Combate ao trabalho escravo (1); Podcast momento saúde mental (1); Prevenção de covid e influenza (1);

Fevereiro: Podcast Momento saúde sobre câncer bucal (1); TRT6 Saúde informa teste rápido de covid (1);

Março: Autismo (1); Trabalho Seguro (2); Trabalho Infantil (2); Igualdade das Mulheres (2); Mulher Negra (1); Segurança da Mulher (2); Representatividade Feminina (1); Prevenção de Acidentes de Trabalho (1); Perspectiva de Gênero (1); Proteção Urbana para Mulheres (2);

Abril: Exploração sexual de crianças e adolescente (1); Doação de alimentos (1); Corregedoria Solidária (1); Campanhas da Getrin para trabalhadores de aplicativos (2); Abril verde (1); Reciclagem (1); Deficiência Visual (1); Libras (1); Assédio Moral (2); Autismo (1); Vacinação H1N1 (3);

Maiο: Doação para desabrigados (1); Libras (2); Tráfico de Pessoas (1); Covid (1); Podcast Momento Saúde (1); Doenças e acidentes de trabalho (1); Adoção (1); Exploração Sexual de crianças e adolescentes (4); Assédio Moral (3); Visita de crianças do BOPE (1); curso sobre Identidade Negra (1);

Junho: Semana do meio ambiente (5 publicações); Feira de Orgânicos (1 publicação); Doação de Bens (4 publicações); Baobá do Fórum Ipojuca (1 publicação) e 17ODS-ONU (1 publicação);

Julho: 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (1 publicação);

Agosto: Doação de Bens (1 publicação); Todo Movimento Conta (3); Programa de Combate ao Trabalho Infantil (4); Equidade de Gênero (2); Assédio Moral e Sexual no Trabalho (3); Violência contra a Mulher - Agosto Lilás (1); Promoção da Saúde - Vacinação HPV (1); Campanha contra do Tabagismo (3); Autogestão Saúde (1); Campanha da comissão de Ética (1); Projeto Borarruar (2); Aula de Ritbox (1); Feira de Orgânicos (2);

Setembro: Setembro Amarelo (13); Dia de Luta da Pessoa com Deficiência (01); TRT6 contrata duas pessoas com Síndrome de Down (01); Combate ao Tráfico de Pessoas (01); Seminário Luso-Brasileiro discute Transtornos Psíquicos e o enfrentamento ao suicídio (01)

Outubro: Outubro Rosa (5); Trabalho Infantil (4); Diabetes (1); Psoríase (1); Trabalho Seguro (1); Câncer de Mama (1); Mamografia (1); Assédio Sexual (1); Tráfico de Pessoas (1); Como despertar sua melhor versão no mundo atual (2);

Novembro: Trabalho Seguro (4); TRT6 Saúde (3); Racismo (4); Povos Indígenas (1); Tráfico de Pessoas (1); Violência contra a Mulher (1); Licença Maternidade e paternidade (1);

Dezembro: Reciclagem (1); Orquestra Cidadã (2); Pessoa com Deficiência (1); Câncer de Pele (1); Natal Solidário (2); Tráfico de Pessoas (2); TRT6 Saúde (1); Energia Limpa (1); Combate Trabalho Infantil doa kits educativos para Projeto Xegamiga (1); Síndrome de Burnout (1); Acessibilidade (1);

Ações realizadas em 2022:

1- O portal do TRT6 www.trt6.jus.br segue o Guia de Padronização das Páginas Iniciais da Justiça do Trabalho, além disso, a Coordenadoria de Comunicação Social aplica recomendações do curso eMag Conteudista, que traz o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico, por exemplo:

- Links claros e descritivos o suficiente, mesmo quando lidos fora do contexto
- Imagens com descrição
- Documentos para download em formato acessível – geralmente em ODT
- Texto com linguagem clara e simples, usando sentenças curtas e, preferencialmente a voz ativa
- Contraste que facilita a leitura, mas também há a opção de escolher Alto Contraste
- Opção de aumentar ou diminuir a fonte
- Opção do VLibras - conjunto de ferramentas gratuitas e de código aberto que traduz conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) em Português para Libras.

2- São oferecidos os seguintes recursos de acessibilidade:

- Aumentar ou diminuir fonte
- Alto contraste
- VLibras
- Tradução simultânea em Libras para alguns vídeos produzidos pela Coordenadoria de Comunicação Social, com projeto de estender para outros. Proad 17796/2022.
- Legenda em todos os vídeos produzidos pela Coordenadoria de Comunicação Social.

Obs.: Há processo para incluir tradução em Libras nos vídeos das sessões colegiadas, mas aguarda-se a finalização do Proad 18893/2022 e liberação de orçamento.

3- Há legenda em todos os vídeos produzidos pela Coordenadoria de Comunicação Social e tradução em Libras em alguns deles. A unidade iniciou dois processos de contratação referentes a tradução de Libras: Proads 17796/2022 e 18893/2022.

4- No quadro da CCS há dois servidores que concluíram curso de Libras e uma servidora que concluiu o curso de eMag Conteudista.

Coordenadoria de Licitações e Contratos - CLC

Foi finalizado certame licitatório para registro de preços de serviços de tradução/interpretação de Libras, de maneira simultânea ou consecutiva remota, para as sessões de julgamento das Turmas, das Seções Especializadas e do Pleno deste TRT6. O processo encontra-se apto para homologação na Ordenadoria da Despesa.

Também houve adesão à Ata de Registro de Preços (ARP), gerenciada pelo Ministério da Economia (ME), para prestação de serviços de tradução/interpretação de Libras, para a língua portuguesa e vice-versa, na forma pré-gravada (audiovisual). Esta contratação se destina aos vídeos institucionais do Tribunal, como o "TRT6 Explica" e vídeos educativos do CEJUSC. Unidade gestora de ambos: Coordenadoria de Comunicação Social (CCS).

A Secretaria Administrativa consultou unidades gestoras de contratos de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, questionando se os respectivos contratos envolviam atendimento ao público externo, bem como em quais deles havia pessoas habilitadas para comunicação em Libras.

A CLC elaborou estudo e apresentou plano de execução à administração, no bojo do Proad nº 5.278/2022, para cumprimento da reserva legal estabelecida no art. 93 da Lei nº 8.213/1991 (Art. 10).

Coordenadoria de Planejamento Físico - CPLAN

1- Em todas as ações sejam de construção, reformas, locação de imóveis, com ampliação de suas áreas ou em possíveis mudanças de uso nos ambientes de todas as edificações do Regional, está Coordenadoria adota para todos os projetos as normas técnicas de acessibilidade, garantindo o acesso universal.

2- Em todas as ações sejam de construção, reformas, locação de imóveis, com ampliação de suas áreas ou em possíveis mudanças de uso nos ambientes de todas as edificações do Regional, está Coordenadoria adota para todos os projetos as normas técnicas de acessibilidade, garantindo o acesso universal a todos os usuários.

3- Desde 2012 que a Coordenadoria de Planejamento Físico-CPLAN vem promovendo a substituição do mobiliário de todo o Regional por postos de trabalho que atendem aos princípios da ergonomia e do desenho universal, garantindo o acessos de todos os usuários.

4- Em áreas de estacionamento para o público interno (servidores e magistrados) é assegurada a reserva de vagas para veículos que transportem pessoas com deficiência de, no mínimo, 2% do total das vagas oferecidas em áreas próximas aos acessos à edificação principal, de acordo com a previsão em legislação específica.

5- A Coordenadoria de Planejamento Físico mantém em seu quadro os profissionais de Arquitetura e Engenharia, capacitados para desenvolver projetos em conformidade com a legislação específica para acessibilidade, em constante atualização.

6- Em áreas de estacionamento para o público interno (servidores e magistrados) é assegurada a reserva de vagas de, no mínimo, 2% do total das vagas oferecidas em áreas próximas aos acessos à edificação principal, de acordo com a previsão em legislação específica.

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC

1- Nós avaliamos periodicamente o nível de acessibilidade do Portal no ASES (<https://asesweb.governoeletronico.gov.br>), ferramenta do Governo Federal. E caso necessário, realizamos os ajustes necessários para aumentar a acessibilidade do Portal do TRT6.

2- Adicionamos em 2019 o plugin do VLibras, bem como outros recursos para a melhoria da acessibilidade do Portal, como o alto contraste e a possibilidade de aumentar ou reduzir a fonte do conteúdo disponível.

3- As últimas aquisições para recursos de tecnologia assistiva adquiridas pelo TRT6 podem ser apreciadas nos PROADs 16208/2018 e 27193/2018. Não identificamos qualquer formalização de demanda após estas contratações.

4- Considerando que utilizamos apenas o PJe-JT como sistema de tramitação processual, cuja gestão é realizada pelo CSJT, entendemos que o sistema já está adequado à resolução.

5- A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação mantém um Plano Anual de Capacitação de TIC para orientar os treinamentos das equipes de TIC em temas relacionados às necessidades dos processos e projetos que serão realizados nos anos subsequentes. No ano de 2022, 5 servidores realizaram treinamentos relacionados a tecnologias de acessibilidade. Entendemos que a Escola Judicial, como área responsável pela capacitação do Tribunal, deve fomentar e estimular capacitações sobre esse tema.

Secretaria de Gestão de Pessoas - SGEP

A Seção de Serviço Social realizou pesquisa, por meio de formulário eletrônico, no segundo semestre/22, destinada aos servidores com deficiência, objetivando identificar a compatibilidade das atividades desempenhadas com as deficiências, bem como as necessidades de adaptação, tecnologias assistivas, capacitação e acompanhamento de saúde. Também foram colhidas sugestões para melhoria da acessibilidade e inclusão neste Regional. As demandas foram encaminhadas às unidades competentes para verificar viabilidade de atendimento.

Secretaria de Polícia Judicial - SPJ

1- Alguns colaboradores auxiliares de portaria receberam treinamento em comunicação em libras, mas devido à não utilização frequente deste tipo de comunicação não podemos afirmar que possuímos pessoas aptas neste tipo de comunicação. Continuamos avaliando uma forma mais eficiente de atender a demanda.

2- Ainda não foi firmado nenhum tipo de convênio, parceria ou contrato com este fim.

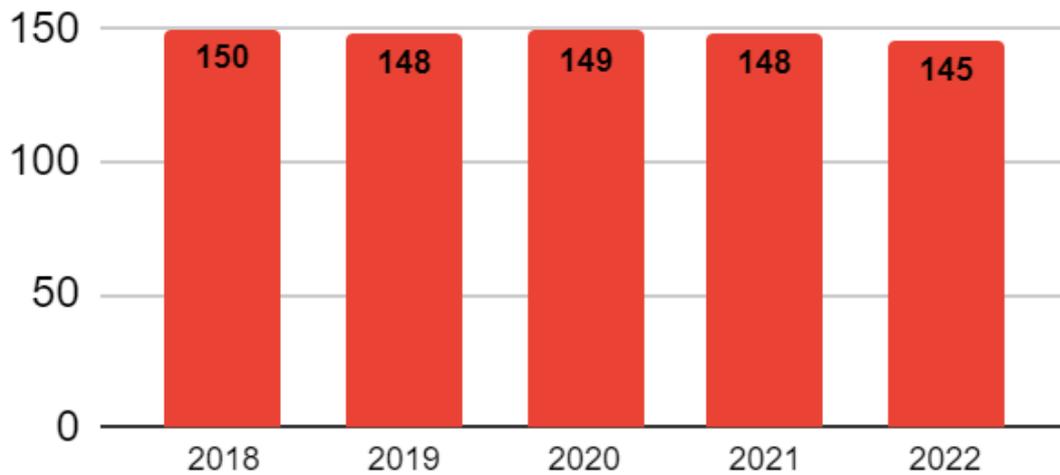
Assessoria da Presidência

O TRT6 vem envidando esforços no sentido de facilitar o acesso dos portadores de deficiência aos serviços públicos de sua competência, adotando medidas que abrangem tanto as instalações físicas, a exemplo da reserva de vagas para veículos que transportem pessoas com deficiência e com comprometimento de mobilidade e adaptações arquitetônicas e urbanísticas, que permitam a acessibilidade e a livre movimentação da pessoa com deficiência, como também a formação de seus servidores, a exemplo das capacitações continuamente oferecidas pela Escola Judicial do TRT6, em linguagem "Libras".

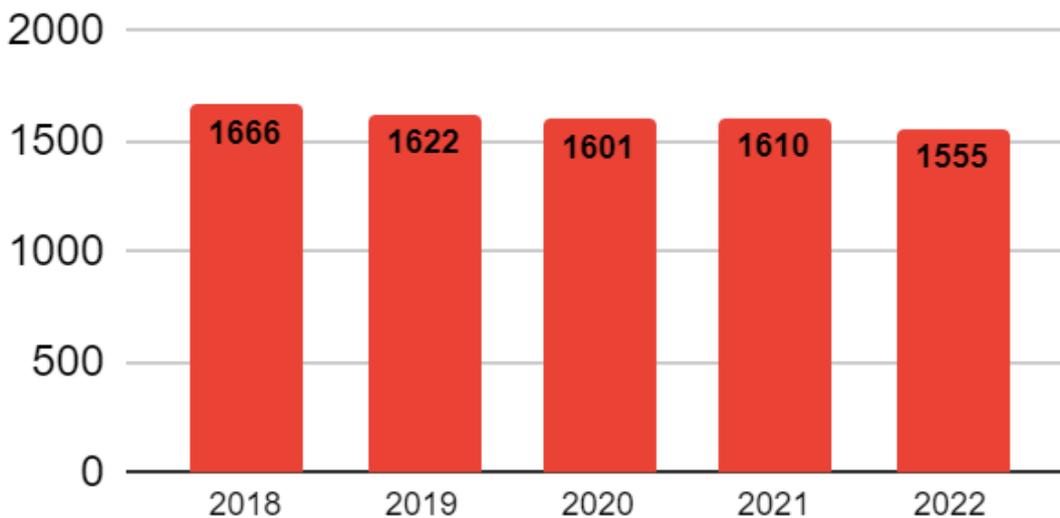
EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES

Força de Trabalho

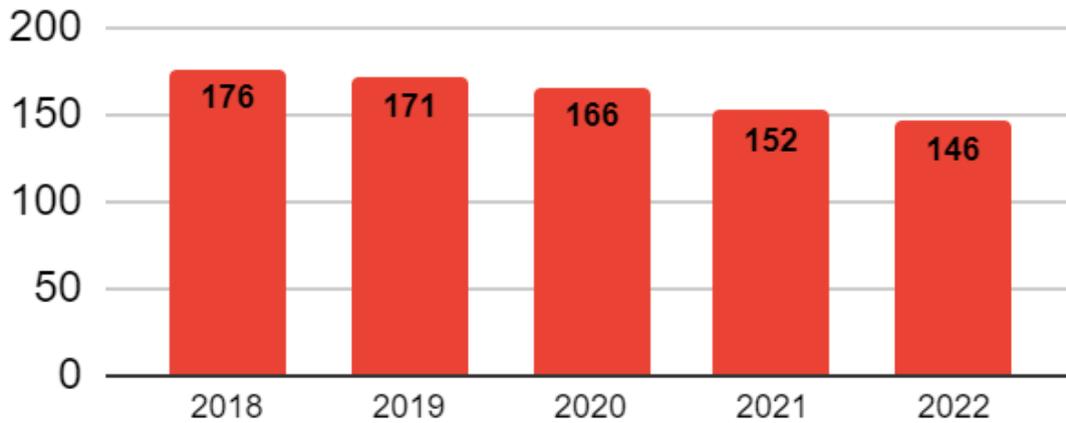
1.1 MagP – Total de cargos de magistrados(as) providos



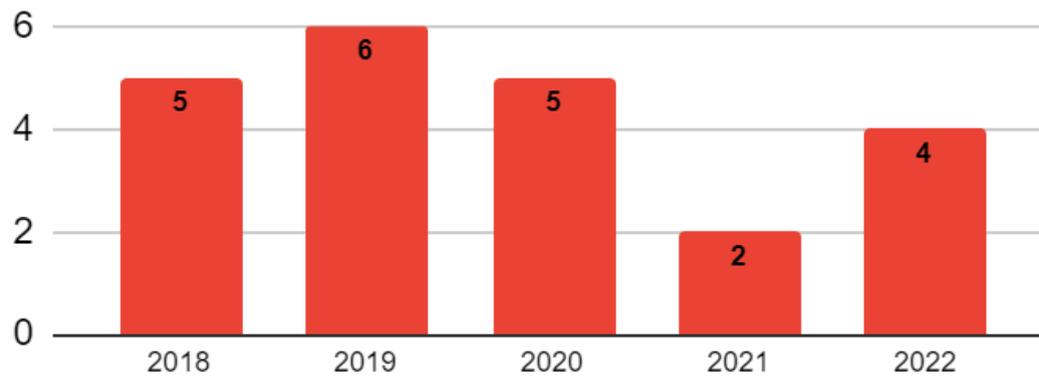
1.2 TPEfet – Total de pessoal do quadro efetivo



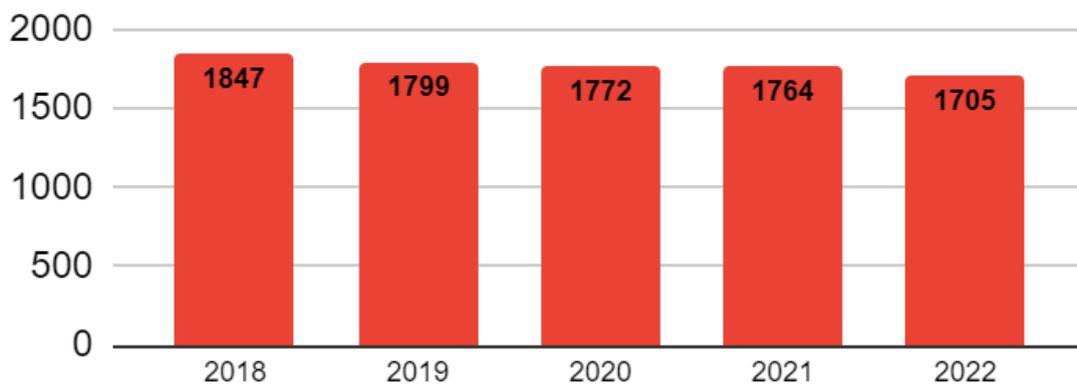
1.3 TPI – Total de pessoal que ingressou por cessão ou requisição



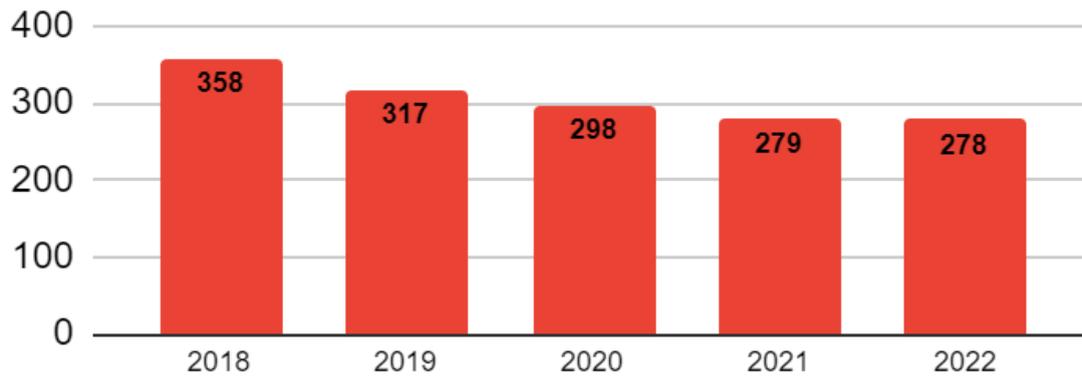
1.4 TPSV – Total de pessoal do comissionado sem vínculo efetivo



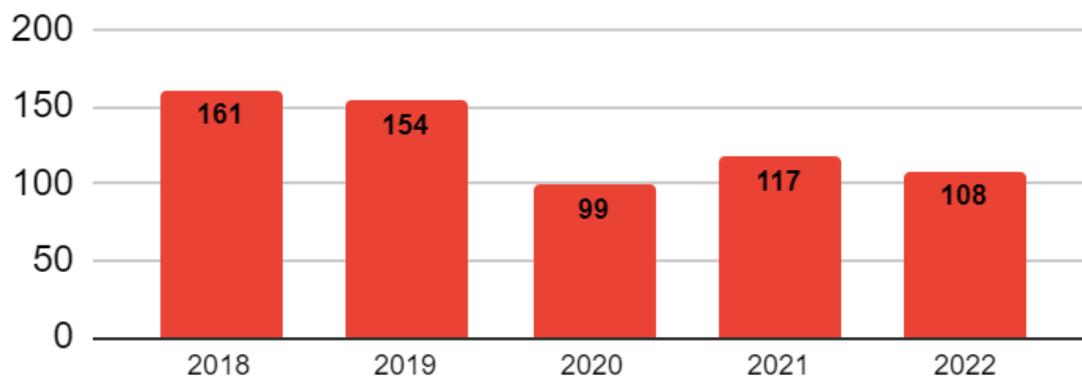
1.5 Serv – Total de servidores(as)



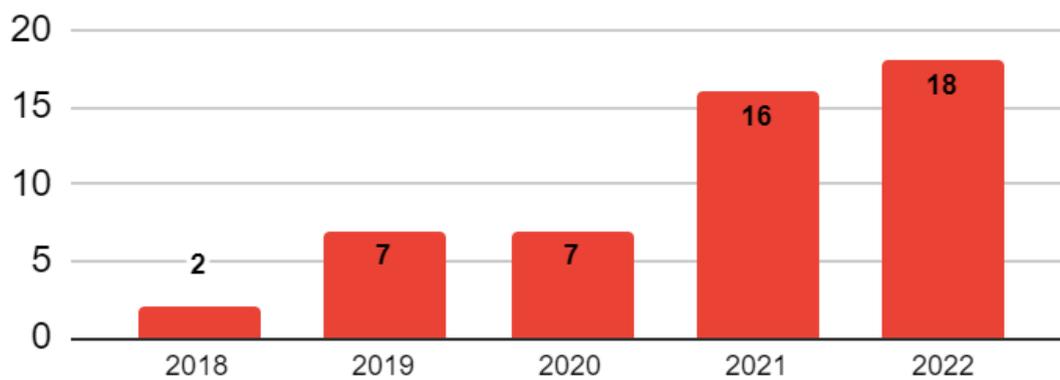
1.6 TFAuxT – Total de trabalhadores(as) terceirizados



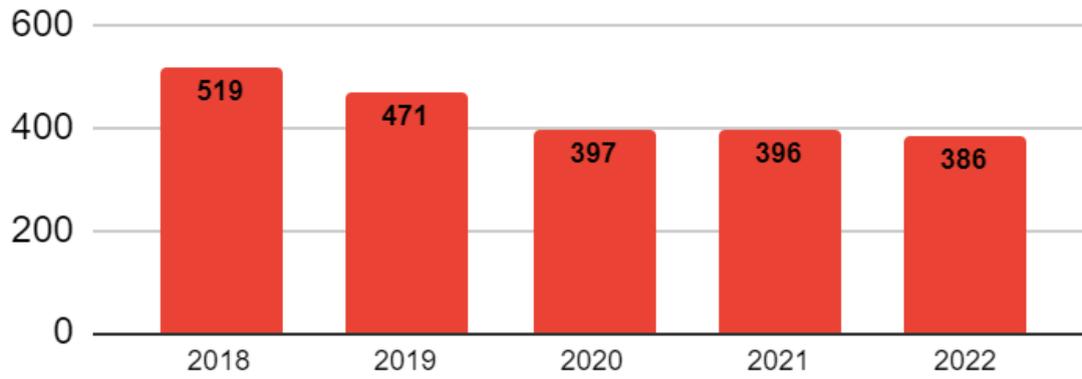
1.7 TFAuxE – Total de estagiários(as)



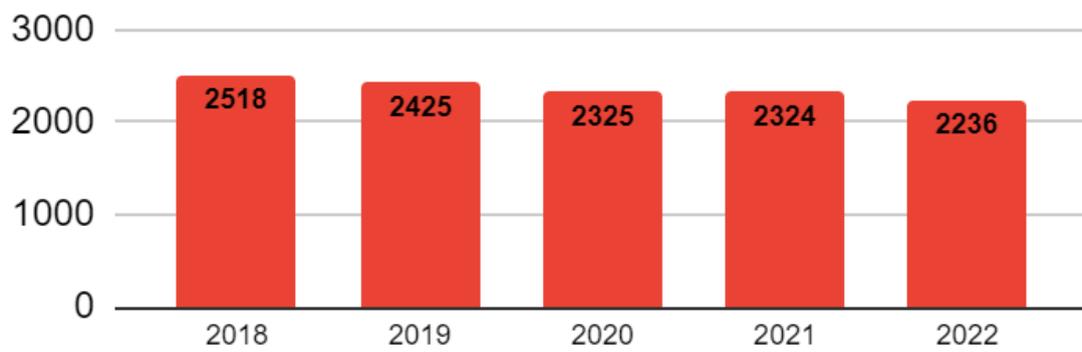
1.12. TFAuxA – Total de aprendizes



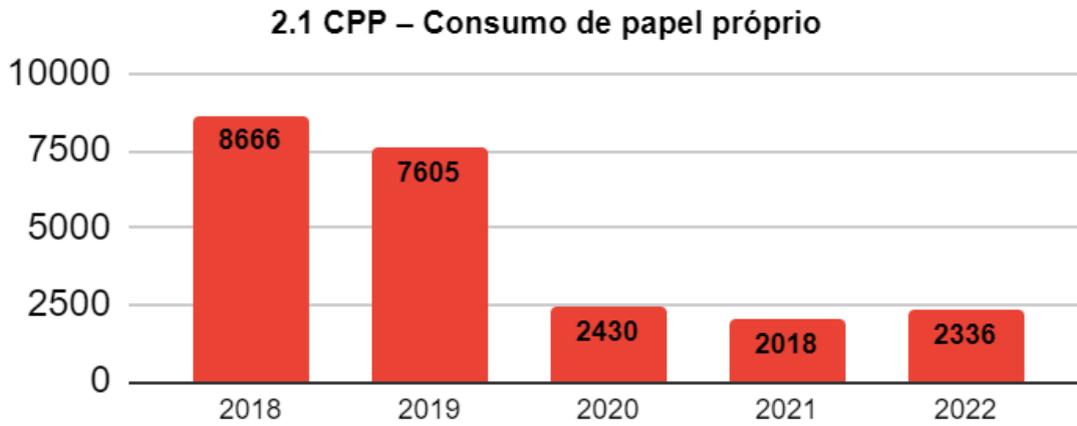
1.13 Tfaux – Total da força de trabalho auxiliar



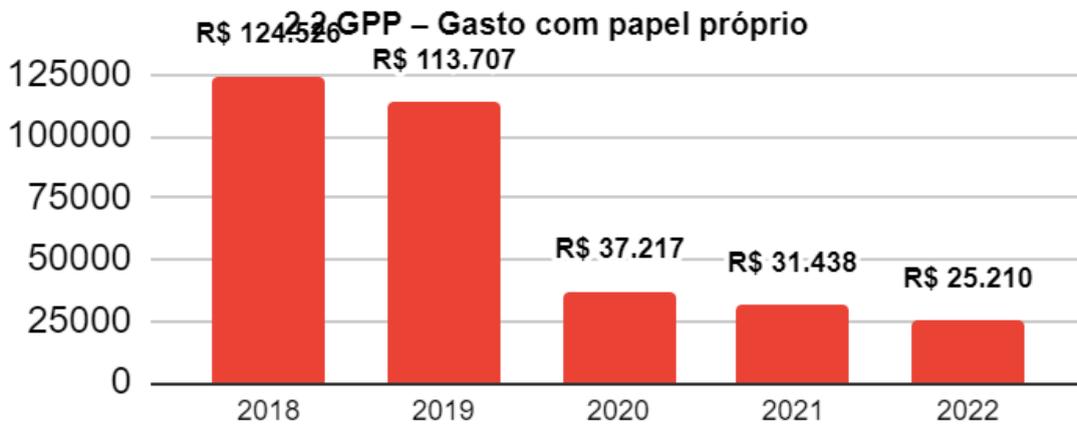
1.14 FTT – Força de trabalho total de magistrados(as), servidores(as) e auxiliares



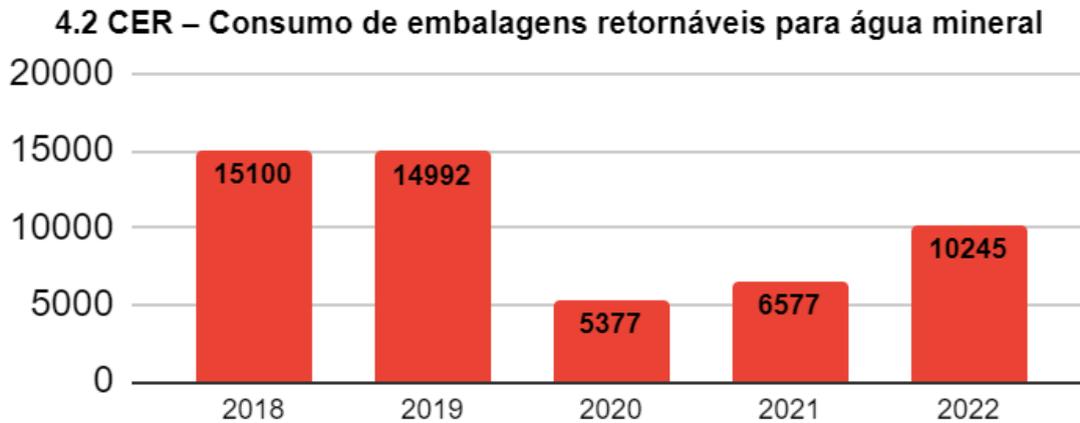
Papel



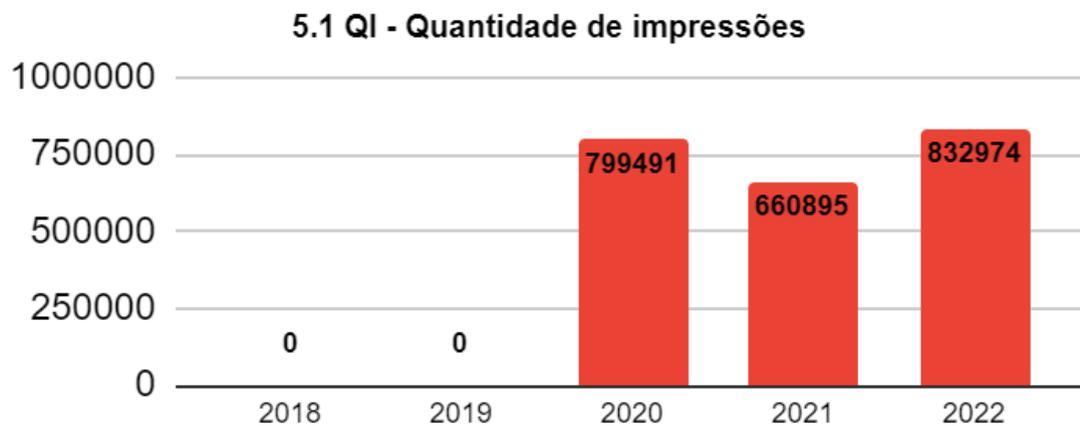
Copos Descartáveis



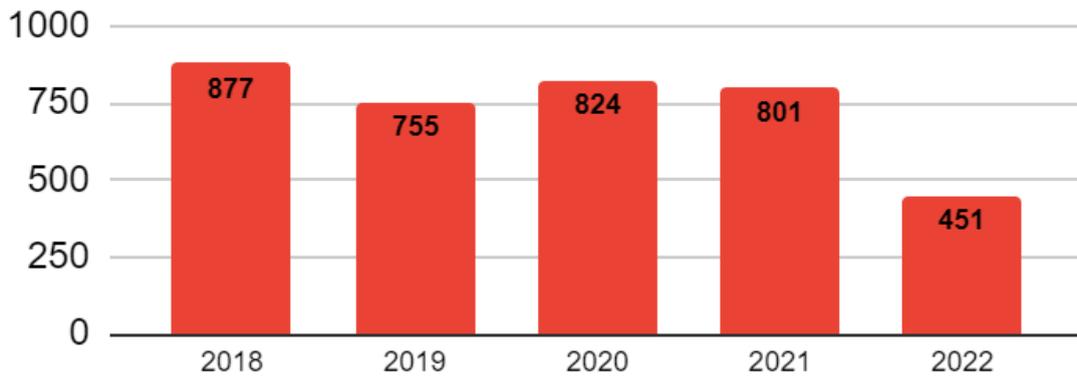
Água Envasada em Embalagem Plástica



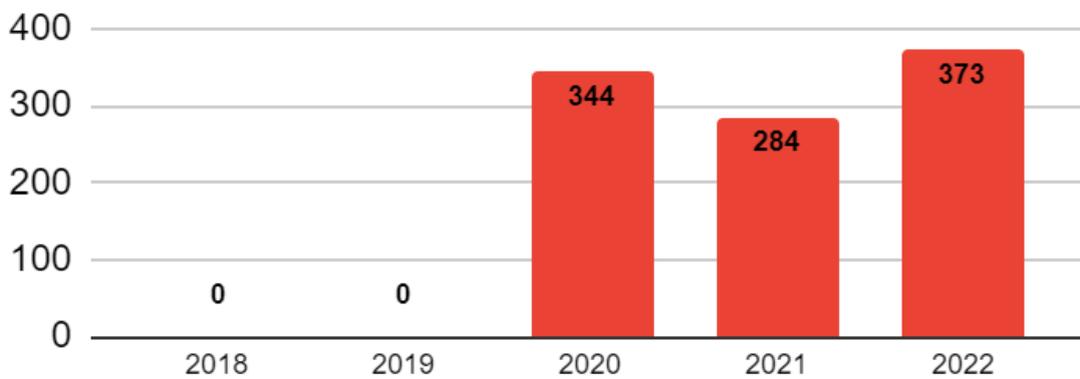
Impressão



5.2 QEI – Quantidade de equipamentos de impressão

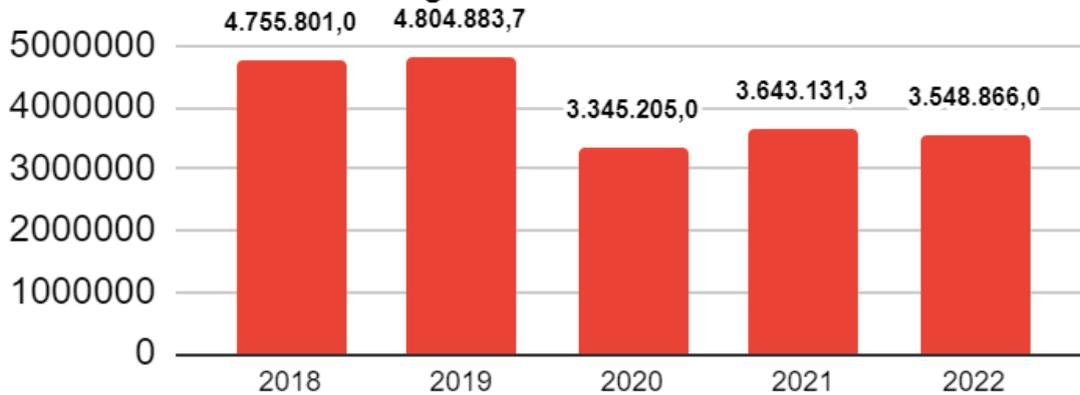


5.3 QIP – Quantidade de impressões per capita

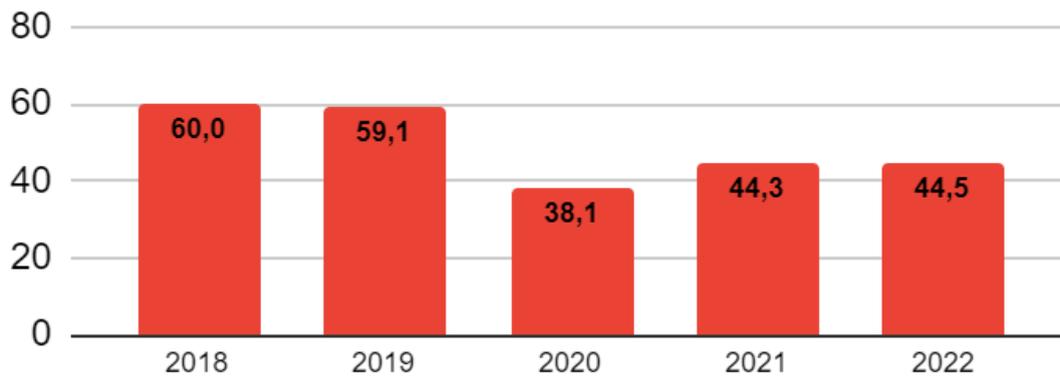


Consumo de Energia Elétrica

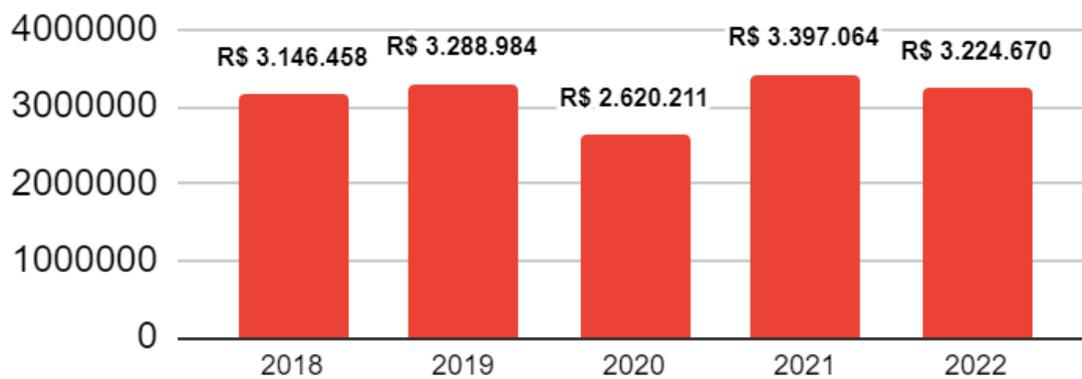
6.1 CEE – Consumo de energia elétrica



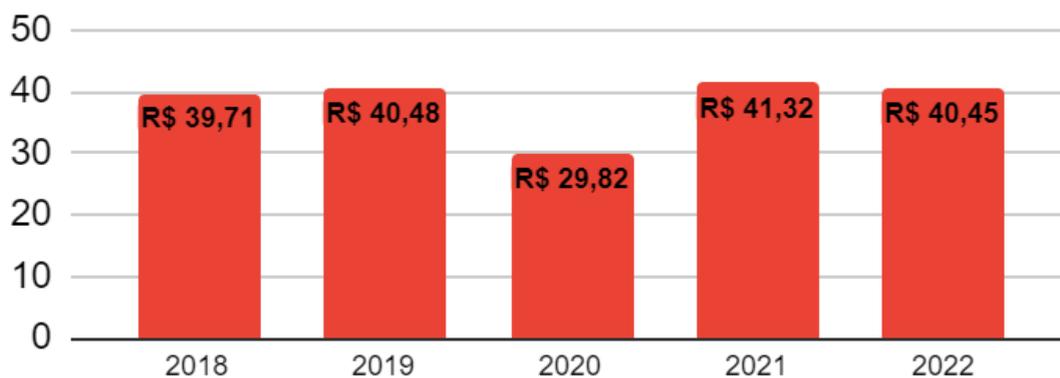
6.2 CRE – Consumo de energia elétrica por m2



6.3 GEE – Gasto com energia elétrica

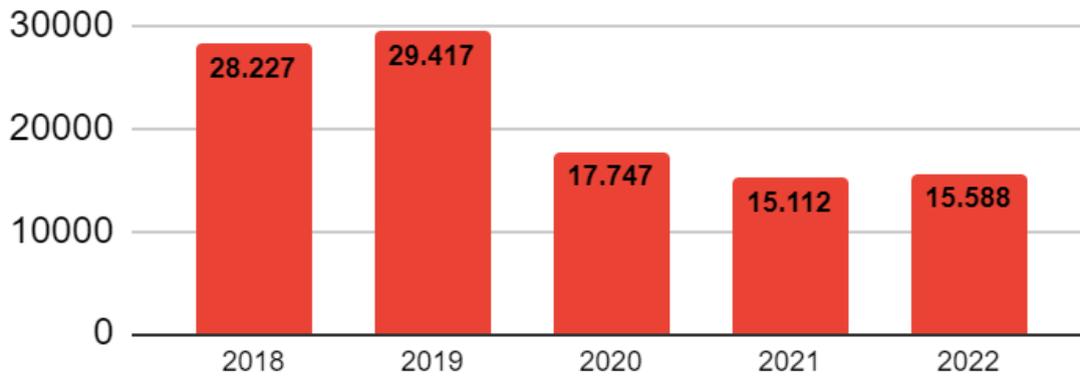


6.4 GRE – Gasto com energia elétrica por m2

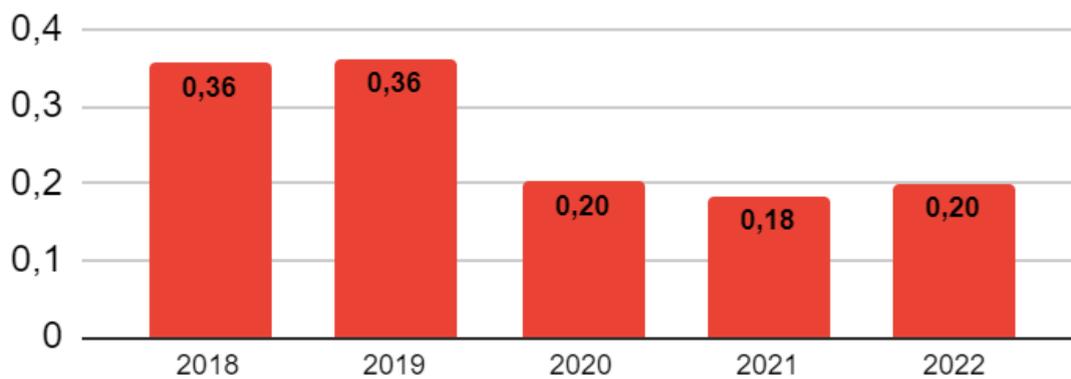


Água e Esgoto

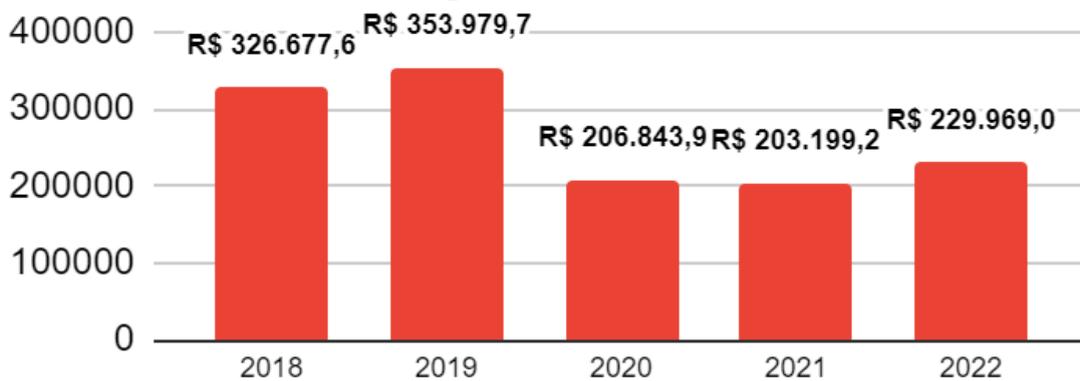
7.1 CA – Consumo de água



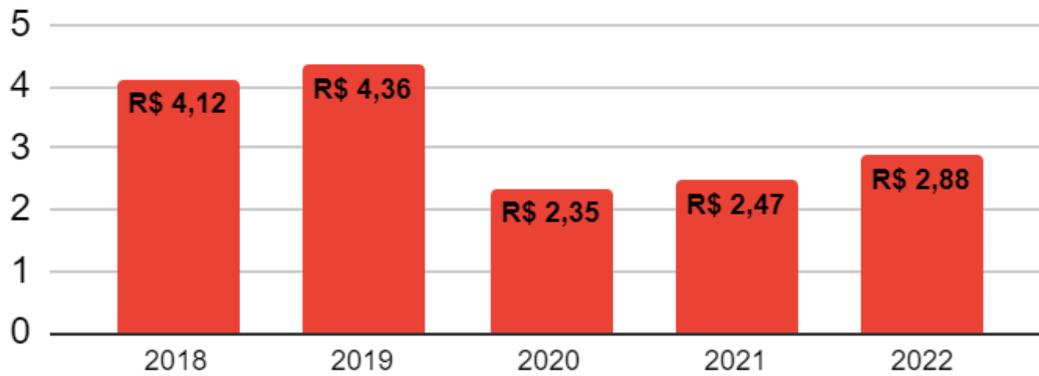
7.2 CRA – Consumo de água por m2



7.3 GA – Gasto com água

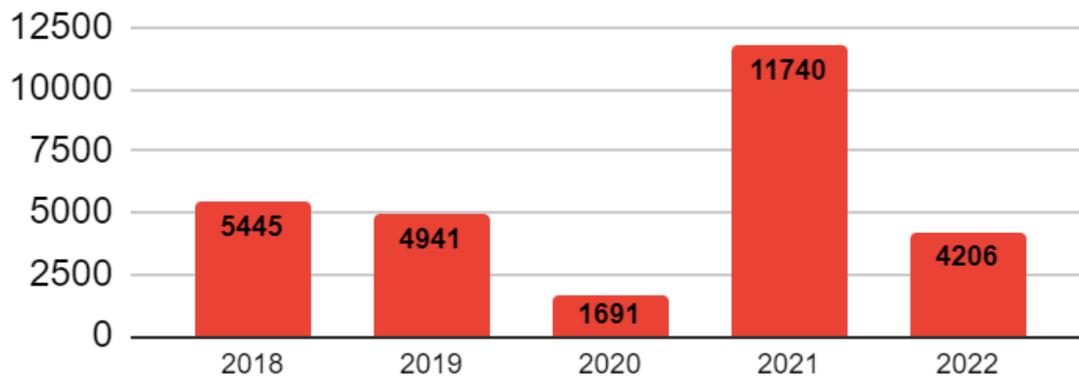


7.4 GRA – Gasto com água por m2

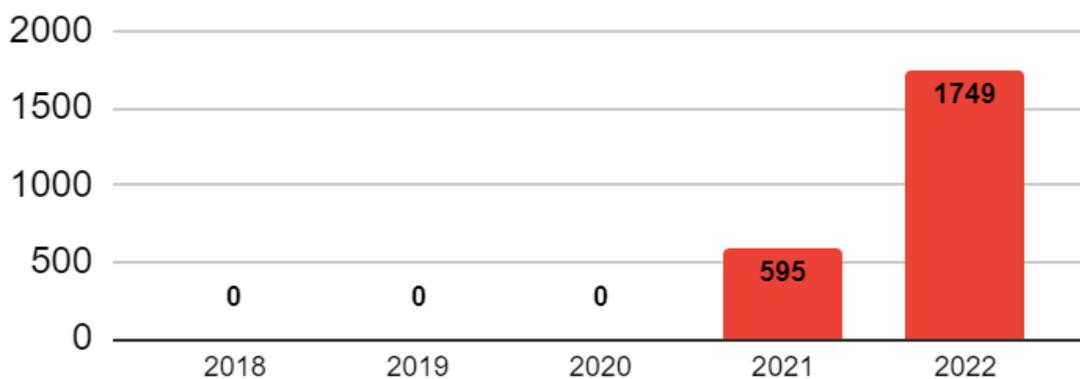


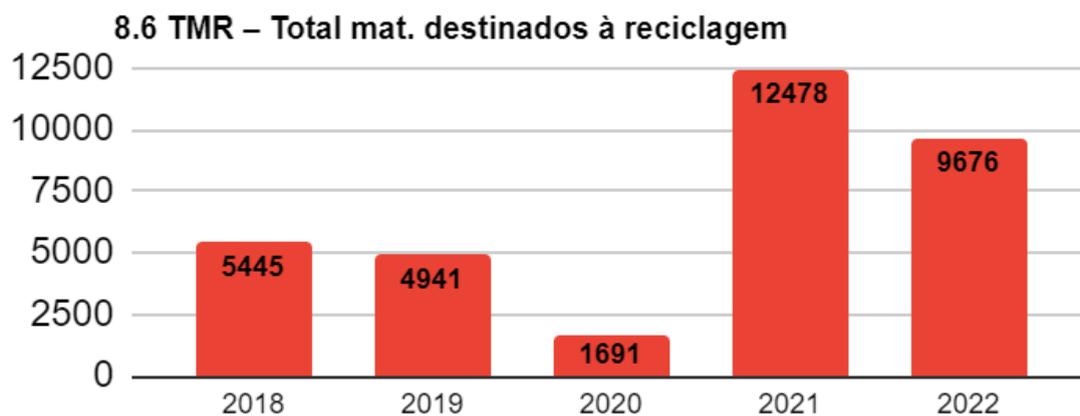
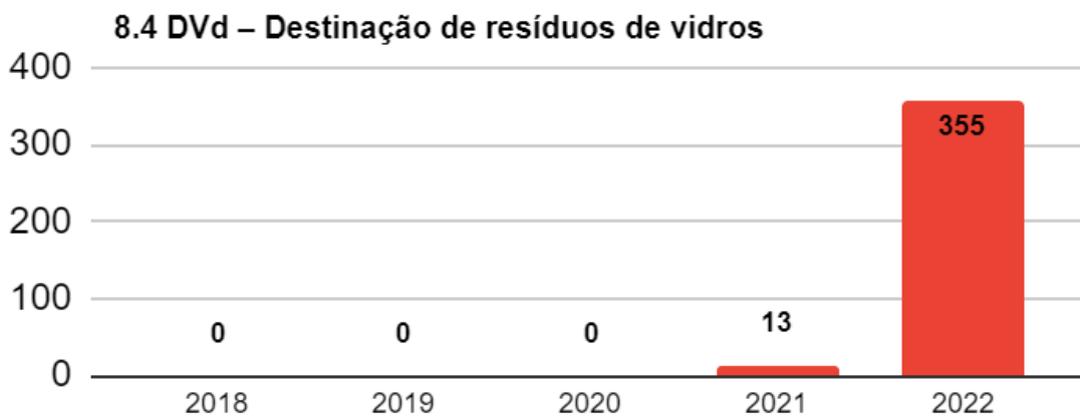
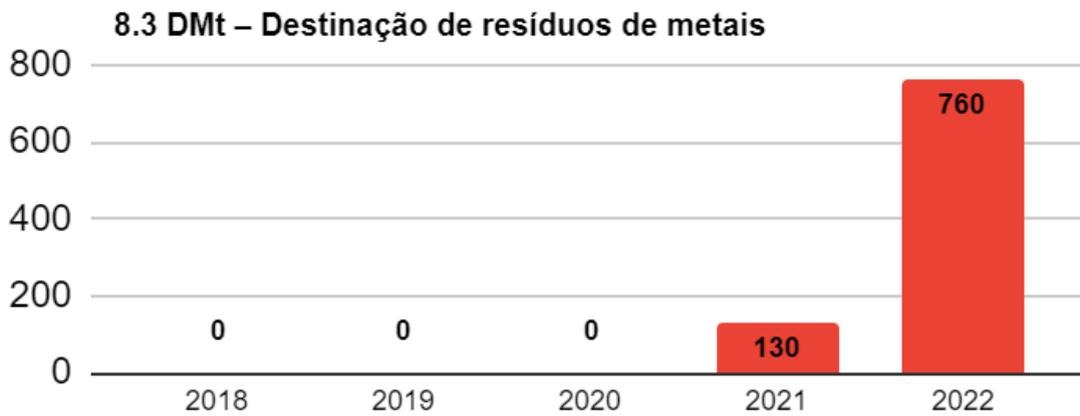
Gestão de Resíduos

8.1 DPa – Destinação de resíduos de papel

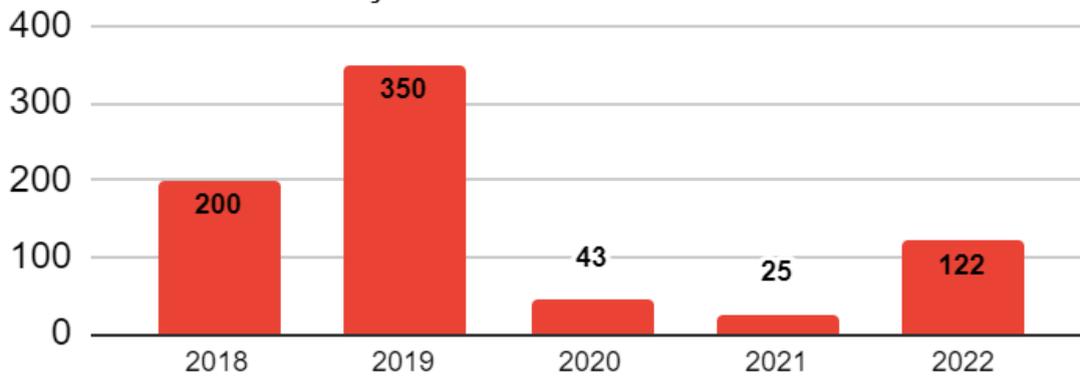


8.2 DPI – Destinação de resíduos de plásticos

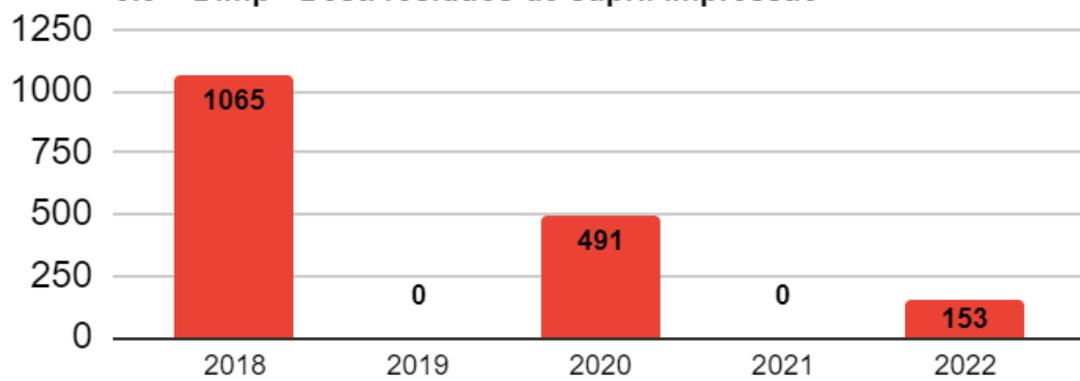




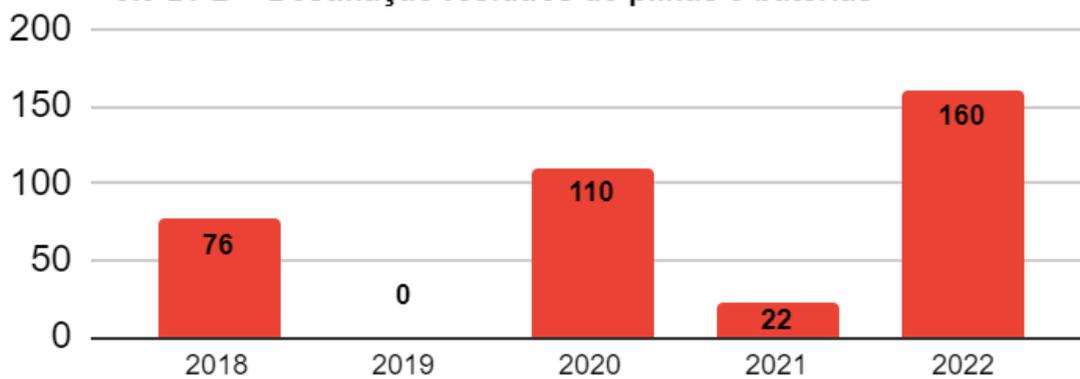
8.7 DEI – Destinação de resíduos eletroeletrônicos

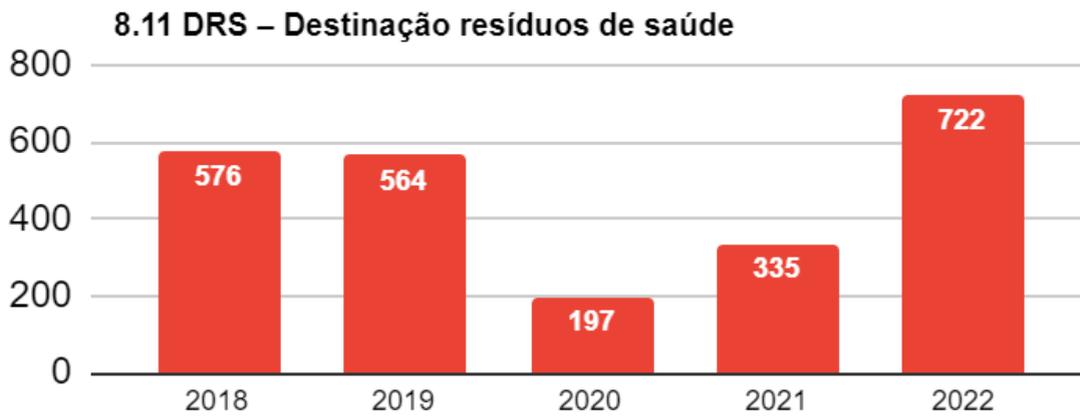


8.8 – DImp - Dest. resíduos de supri. impressão

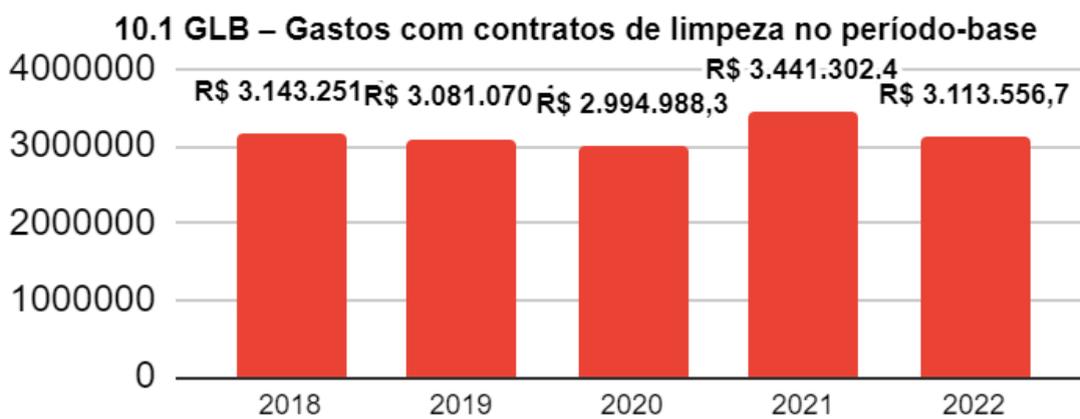


8.9 DPB – Destinação resíduos de pilhas e baterias



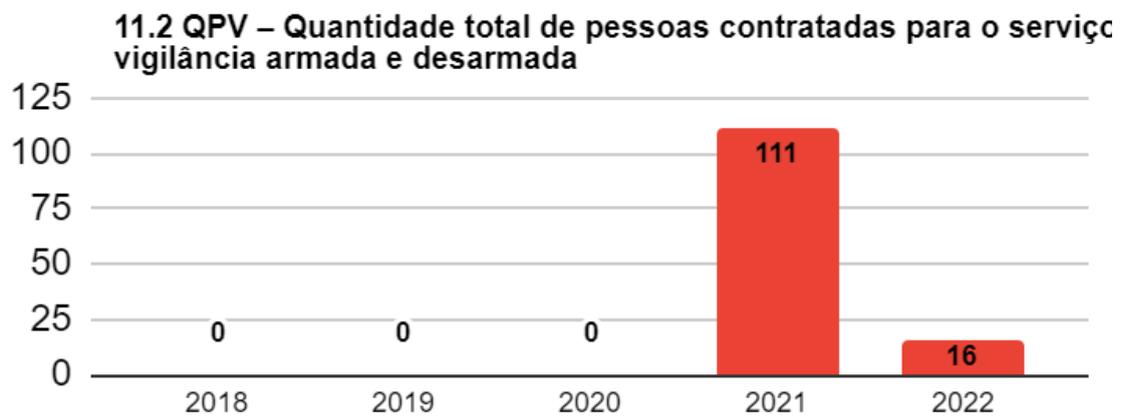


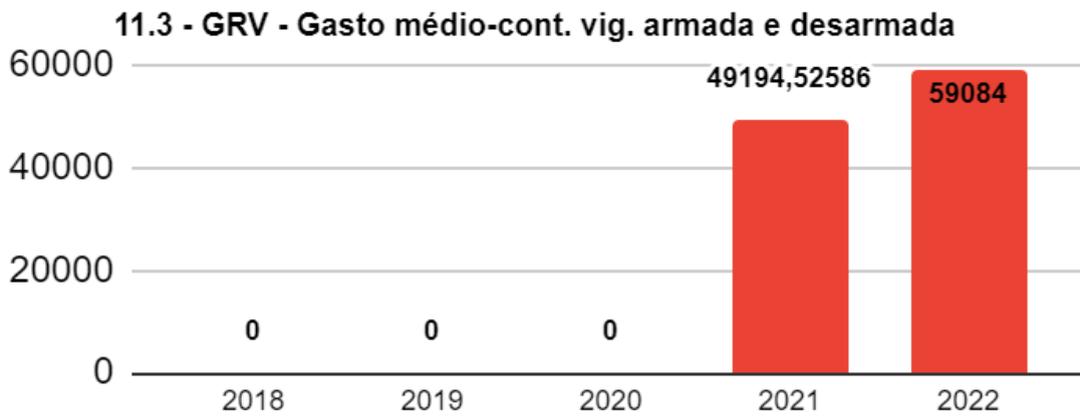
Limpeza





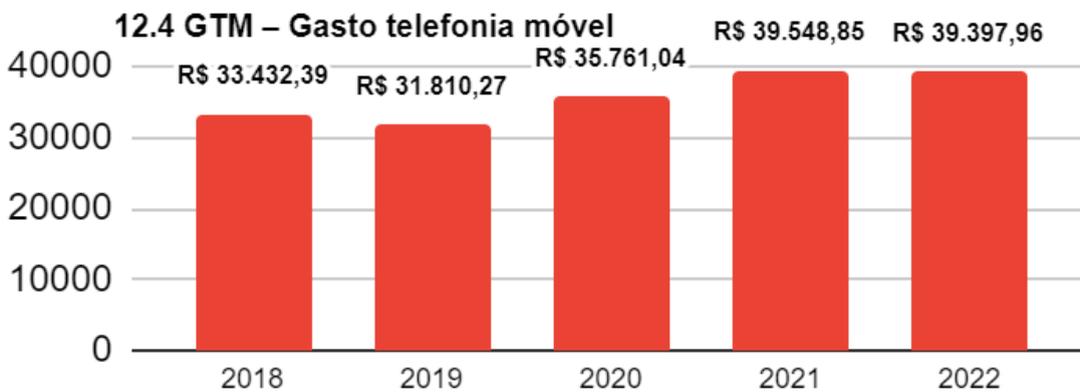
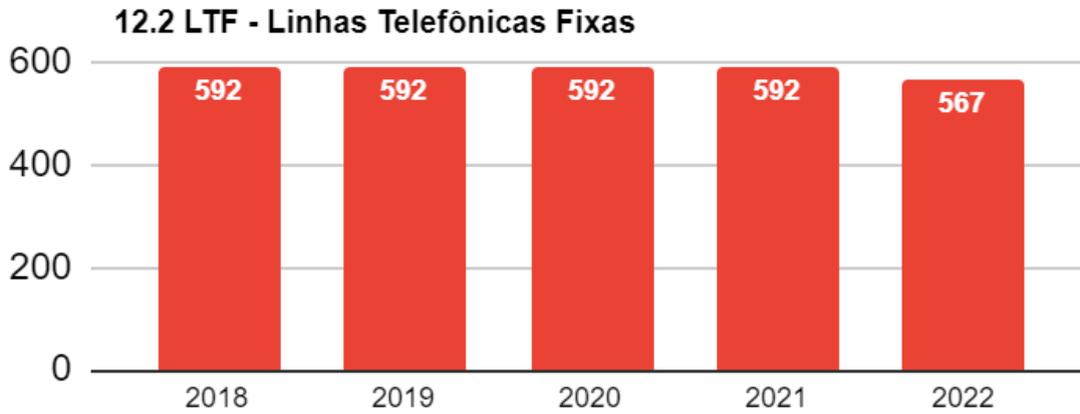
Vigilância

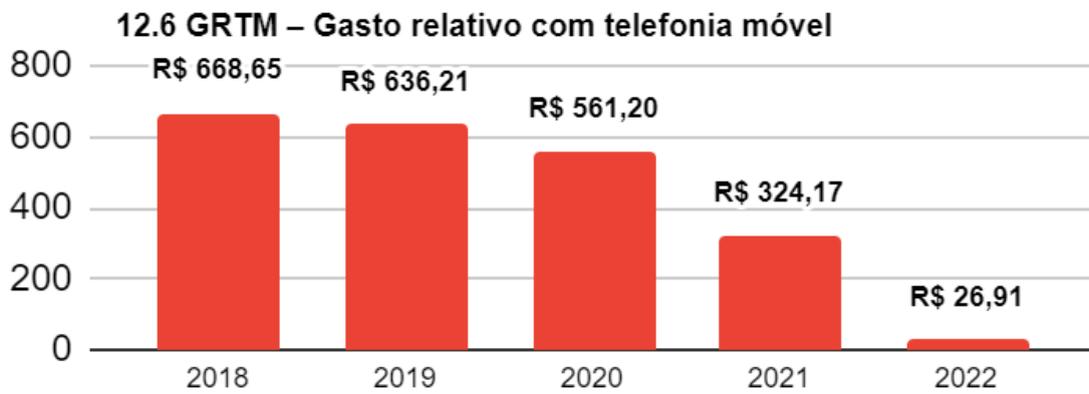
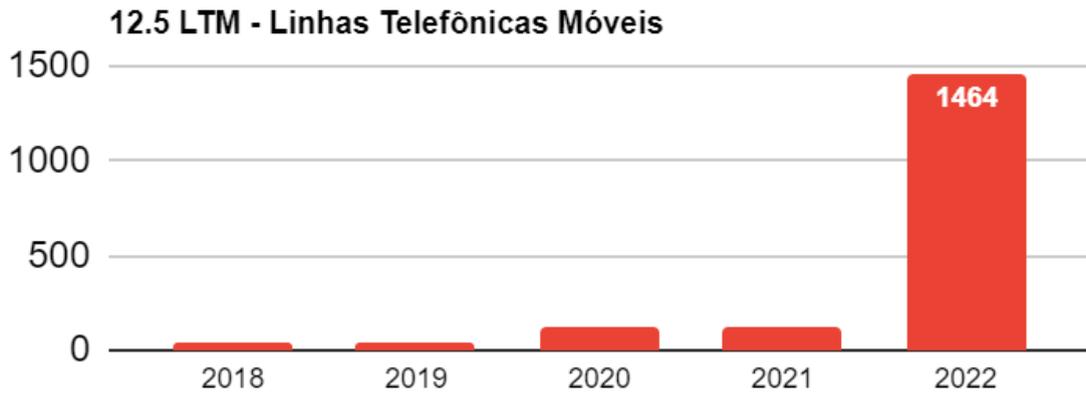




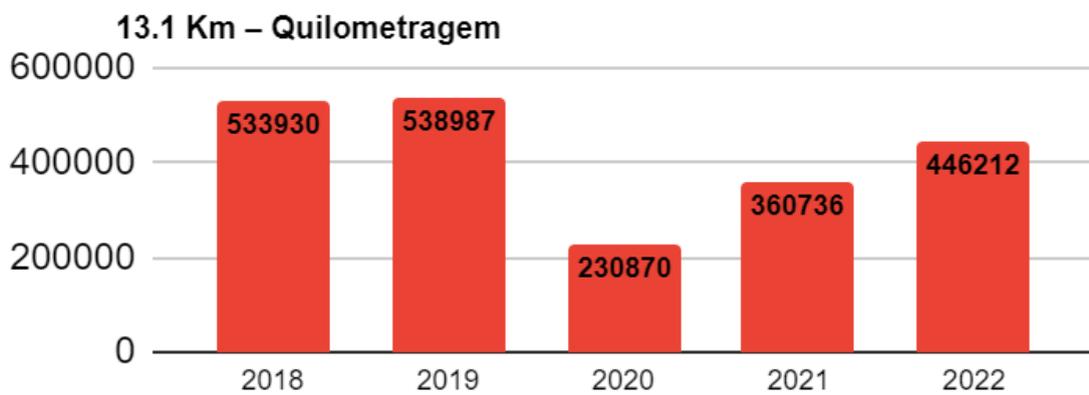
Telefonia



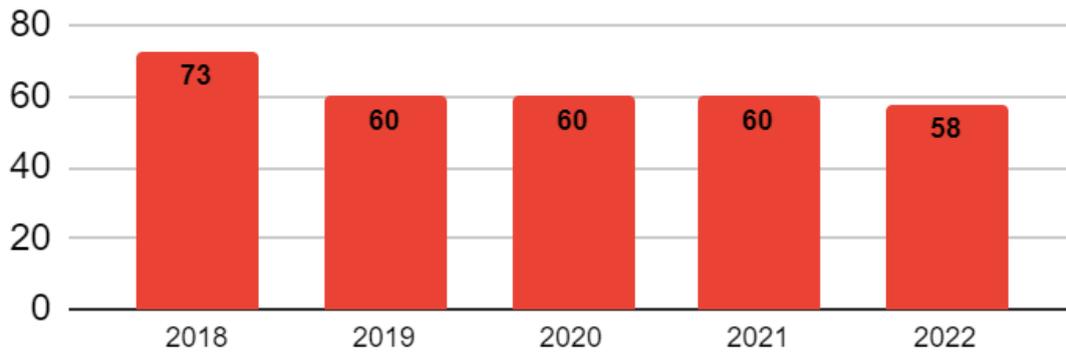




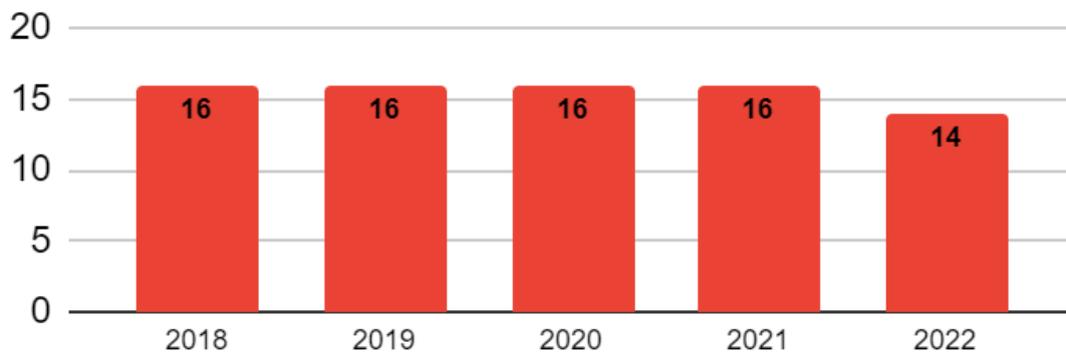
Veículos



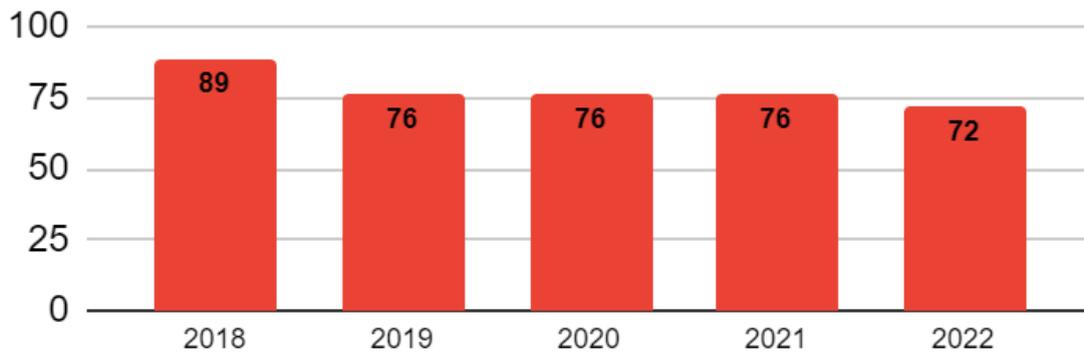
13.2 VGEF – Quantidade de veículos a gasolina, etanol e flex



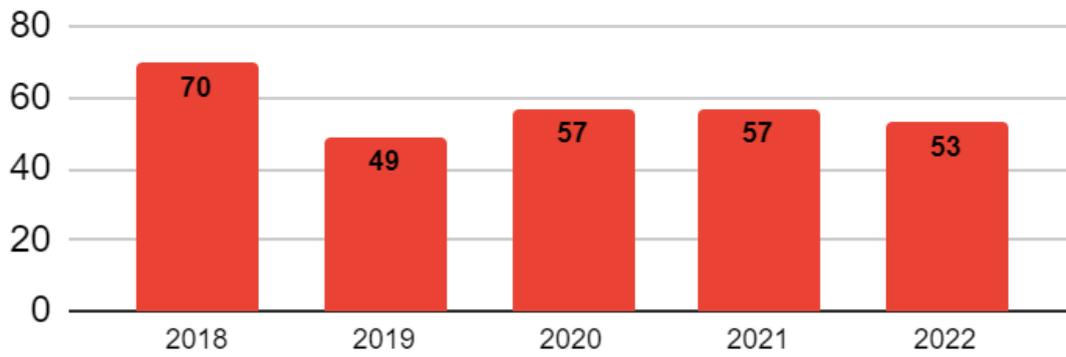
13.3 VD – Quantidade de veículos a diesel



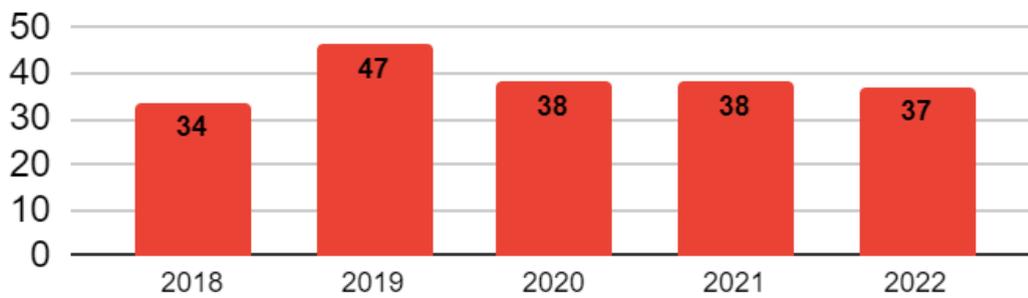
13.5 QVe – Quantidade de veículos



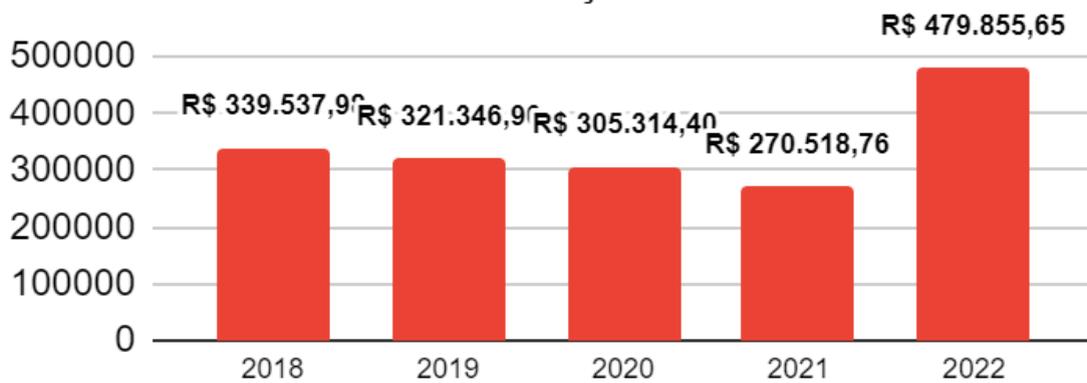
13.6 QVS – Quantidade de veículos de serviço



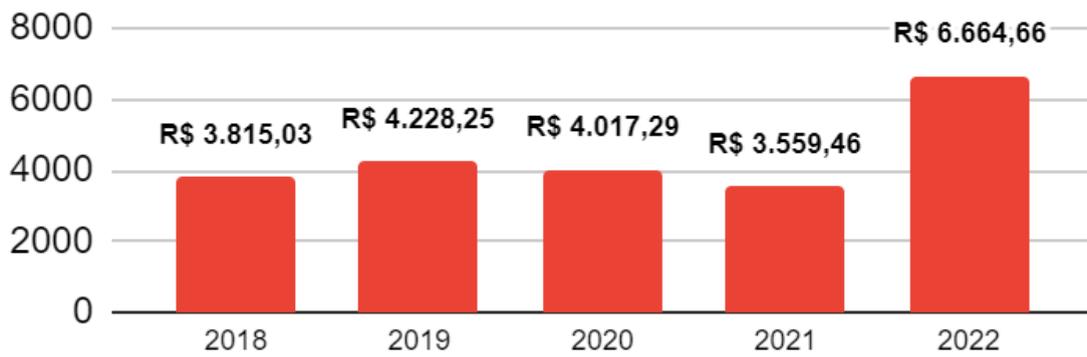
13.7 UVS – Usuários por veículo de serviço



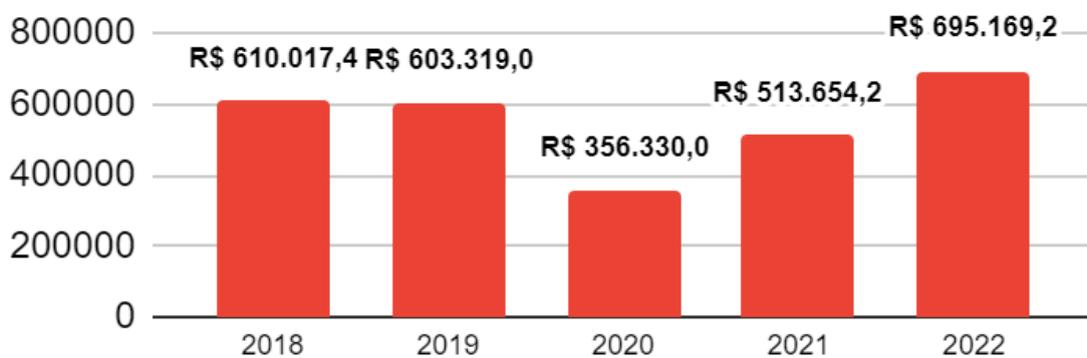
13.10 GMV – Gasto com manutenção de veículos



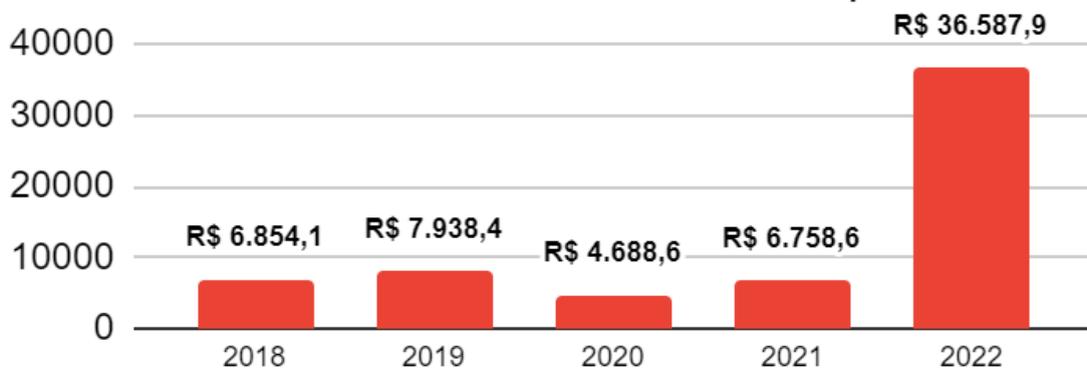
13.11 GRMV – Gasto relativo com manutenção por veículo



13.12 GCM – Gastos com contratos de motoristas

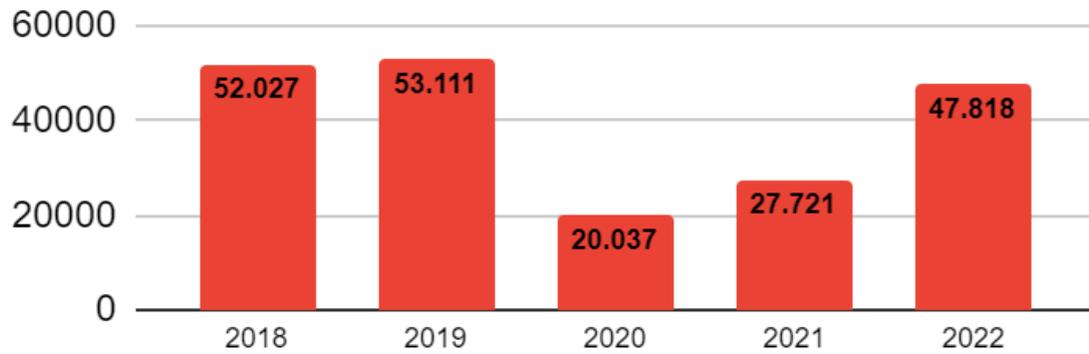


13.13 GRCM – Gasto com contrato de motoristas por veículo

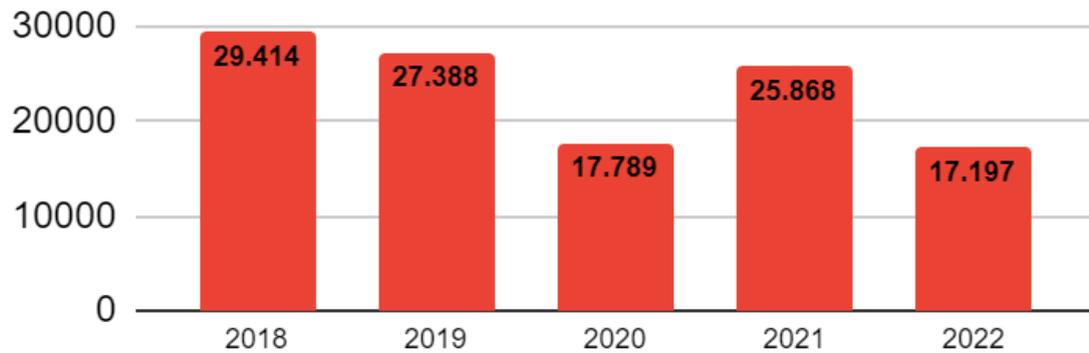


Combustível

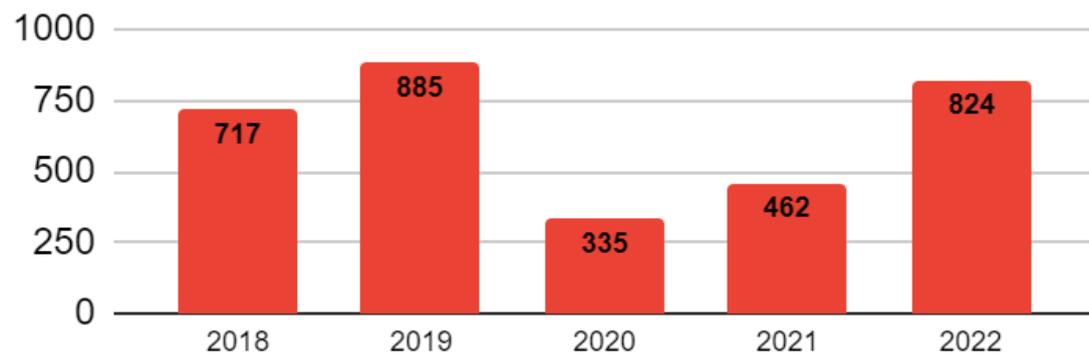
14.1 CG – Consumo de gasolina



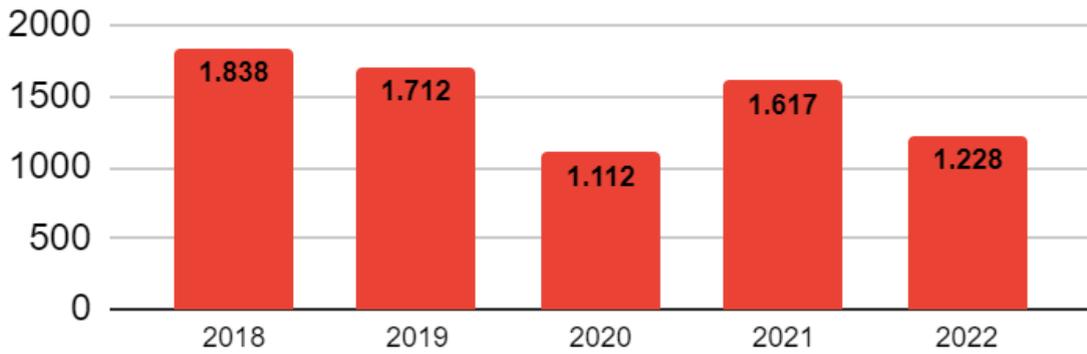
14.3 CD – Consumo de diesel



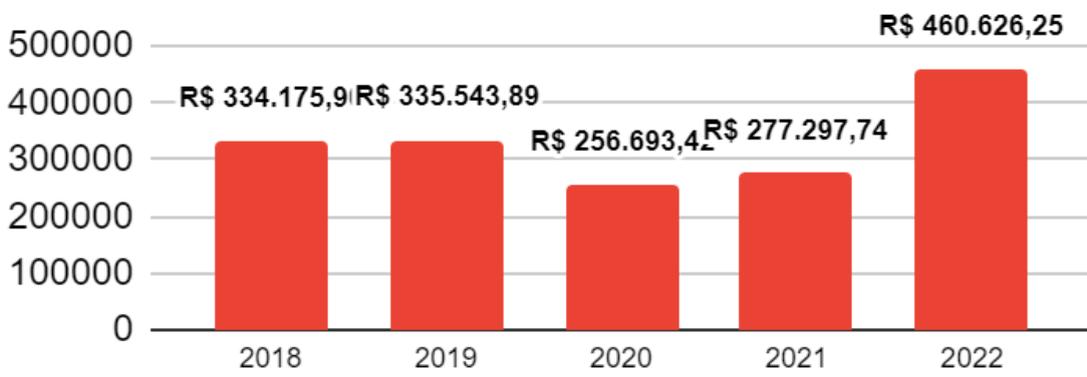
14.4 CRAG – Consumo de gasolina e etanol por veículo



14.5 CRD – Consumo de diesel por veículo

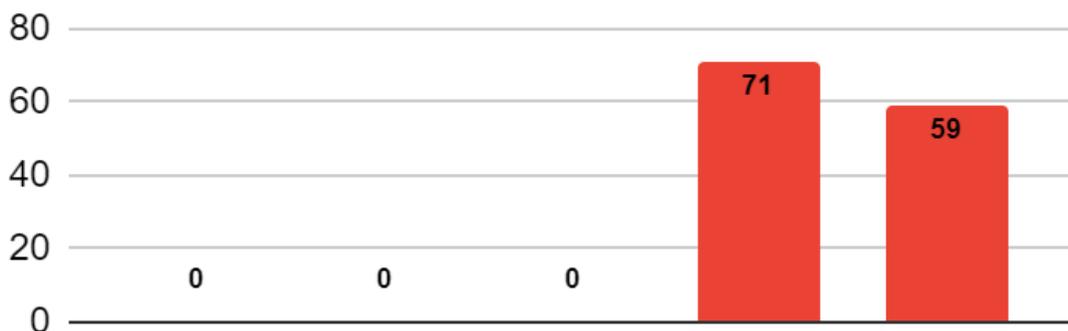


14.6 GC – Gasto com combustível

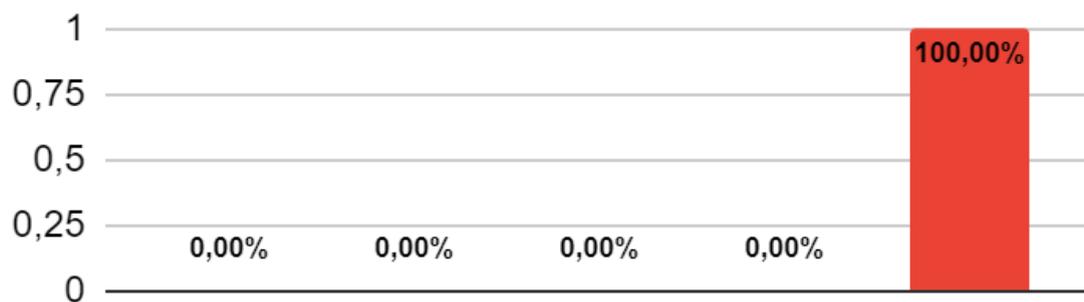


Aquisições e Contratações Sustentáveis

16.1 ACR – Aquisições e contratações realizadas no período-base



16.3 PCS - Percentual de Aquisições e Contratações Sustentáveis so a totalidade



ACOMPANHAMENTO ANUAL DOS INDICADORES-2022.

Unidade Adm.	Indicadores Res. 400/2021 - CNJ - Sustentabilidade	Definição	Unidade de Medida	2022
SGEP	1.1 MagP – Total de cargos de magistrados(as) providos	número total de cargos de magistrados(as) providos no órgão ao final do período-base, somando-se todos os graus de jurisdição, conforme fórmulas e glossários constantes nos anexos da Resolução CNJ n o 76/2009. Para os conselhos, considerar todos os(as) conselheiros(as), independentemente de serem ou não pertencentes à magistratura.	magistrados (as)	145
SGEP	1.2 TPEfet – Total de pessoal do quadro efetivo	total de pessoal do quadro efetivo do órgão, conforme fórmulas e glossários constantes nos anexos da Resolução CNJ no 76/2009, somando-se os(as) servidores(as) lotados(as) em todos os graus de jurisdição e na área administrativa	servidores(a s)	1555
SGEP	1.3 TPI – Total de pessoal que ingressou por cessão ou requisição	total de pessoal que ingressou por cessão ou requisição, conforme fórmulas e glossários constantes nos anexos da Resolução CNJ no 76/2009, somando-se os(as) servidores(as)	servidores(a s)	146

Unidade Adm.	Indicadores Res. 400/2021 - CNJ - Sustentabilidade	Definição	Unidade de Medida	2022
		lotados(as) em todos os graus de jurisdição e na área administrativa.		
SGEP	1.4 TPSV – Total de pessoal comissionado sem vínculo efetivo	total de pessoal comissionado sem vínculo efetivo, conforme fórmulas e glossários constantes nos anexos da Resolução CNJ n. 76/2009, somando-se os(as) servidores(as) lotados(as) em todos os graus de jurisdição e na área administrativa.	servidores(as)	4
AUT.	1.5 Serv – Total de servidores(as)	número dos servidores(as) do quadro efetivo, dos que se encontram cedidos(as) ou requisitados(as) e dos comissionados(as) sem vínculo do órgão. Não são computados(as) os(as) servidores(as) que saíram do órgão por cessação ou requisição.	servidores(as)	1705
AS	1.6 TFAuxT – Total de trabalhadores(as) terceirizados	número total de terceirizados(as) lotados(as) no órgão ao final do período-base, aferido com base nos glossários constantes nos anexos da Resolução CNJ no 76/2009.	trabalhadores(as) terceirizados(as)	278
SGEP	1.7 TFAuxE – Total de estagiários(as)	número total de estagiários(as) lotados(as) no órgão ao final do período-base, aferido com base nos glossários constantes nos anexos da Resolução CNJ no 76/2009	estagiários(as)	108
SGEP	1.12. TFAuxA – Total de aprendizes	número total de aprendizes lotados(as) no órgão ao final do período-base, com base na Lei no 10.097/2000, ampliada pelo Decreto Federal no 5.598/2005, que define aprendiz como jovem de 14 a 24 anos incompletos que esteja cursando o ensino fundamental ou o ensino médio	aprendizes	18

Unidade Adm.	Indicadores Res. 400/2021 - CNJ - Sustentabilidade	Definição	Unidade de Medida	2022
AUT.	1.13 T _{faux} – Total da força de trabalho auxiliar	total de trabalhadores(as) auxiliares lotados(as) no órgão ao final do período base, aferido com base nos glossários constantes nos anexos da Resolução CNJ no 76/2009. Consideram-se os terceirizados(as), os estagiários(as), e no caso da Justiça Estadual, também os juizes(as) leigos(as), conciliadores(as) e voluntários(as)	trabalhadores(as) auxiliares	386
SGEP	1.14 FTT – Força de trabalho total de magistrados(as), servidores(as) e auxiliares	número total da força de trabalho, incluindo os(as) magistrados(as), os(as) servidores(as) e a força de trabalho auxiliar no órgão, ao final do ano-base.	trabalhadores(as)	2236
SA	1.15 m ² Total – Área total em metros quadrados	a área total, conforme definição da ABNT NBR, de todos os prédios (próprios ou não) das unidades integrantes da estrutura do órgão. Essa é a variável que será utilizada em todos os indicadores que envolverem área de edificações. A área total engloba tanto a área construída quanto as áreas externas, como estacionamentos privativos e jardins.	m ²	79725
CMOLG	2.1 CPP – Consumo de papel próprio	quantidade de resmas de papel reciclado e não reciclado, tamanhos A4 e Ofício, requisitada pelas unidades. Não considerar o consumo de papel fornecido por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia, pois está contemplado no item 2.3.	Resmas	2336

Unidade Adm.	Indicadores Res. 400/2021 - CNJ - Sustentabilidade	Definição	Unidade de Medida	2022
CMOLG	2.2 GPP – Gasto com papel próprio	despesa realizada com a aquisição de resmas de papel reciclado e não reciclado, tamanhos A4 e Ofício. Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência. Não considerar o gasto de papel fornecido por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia, pois está contemplado no item 5.4.	Reais	R\$ 25.210
CMOLG	2.3 CPC - Consumo de papel contratado	quantidade total consumida de resmas de papel reciclado e não reciclado, tamanhos A4 e Ofício, fornecidas por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia.	Resmas	não se aplica
CMOLG	3.1 CC - Consumo de copos descartáveis	quantidade de copos descartáveis, usualmente utilizados para consumo de água e café, requisitados pelas unidades.	Centos	196
CMOLG	3.2 GC - Gasto com copos descartáveis	despesa realizada com a aquisição de copos descartáveis usualmente destinados para consumo de água e café. Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.	Reais	R\$ 212,55
CMOLG	4.1 CED – Consumo de embalagens descartáveis para água mineral	quantidade de embalagens plásticas descartáveis de água mineral (com ou sem gás) requisitadas pelas unidades.	Unidades	não se aplica
CMOLG	4.2 CER – Consumo de embalagens retornáveis para água mineral	quantidade de embalagens plásticas retornáveis para água mineral envasada (galões ou garrafas retornáveis) requisitada pelas unidades.	Unidades	10245
CMOLG	4.3 GAED – Gasto com água mineral em embalagens descartáveis	despesa realizada com aquisição de água mineral envasada em embalagens plásticas descartáveis. Considera-se evento	Reais	não se aplica

Unidade Adm.	Indicadores Res. 400/2021 - CNJ - Sustentabilidade	Definição	Unidade de Medida	2022
		gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.		
CMOLG	4.4 GAER – Gasto com água mineral em embalagens retornáveis	despesa realizada com aquisição de água mineral envasada em embalagens plásticas retornáveis (galões ou garrafas retornáveis). Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.	Reais	R\$ 37.989,74
STI	5.1 QI - Quantidade de impressões	quantidade total de impressões realizadas nos equipamentos do órgão, sejam próprios ou locados. Incluem-se as impressões oriundas dos contratos de serviços de impressão e reprografia.	impressões.	832974
STI	5.2 QEI – Quantidade de equipamentos de impressão	quantidade de equipamentos de impressão, próprios ou locados, instalados ao final do ano. Incluir os equipamentos utilizados nos contratos de serviços de impressão e reprografia. A unidade responsável pela informação é a executora do contrato ou a gestora das impressoras	equipamentos de impressão.	451
STI	5.3 QIP – Quantidade de impressões per capita	quantidade de impressões em relação ao total do corpo funcional do órgão.	Impressões /corpo funcional	373
STI	5.4 GCI – Gasto com contratos de terceirização de impressão	despesa realizada com o pagamento de serviços de terceirização (outsourcing) de impressão e reprografia (inclui-se equipamento, manutenção, impressão por folha e suprimentos, bem como papel fornecido pela contratada, conforme o contrato). Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).	Reais	não se aplica
CEMA	6.1 CEE – Consumo de energia elétrica	consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária.	kWh.	3.548.866,0

Unidade Adm.	Indicadores Res. 400/2021 - CNJ - Sustentabilidade	Definição	Unidade de Medida	2022
CEMA	6.2 CRE – Consumo de energia elétrica por m2	consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária em relação à área total do órgão.	kWh/m2	44,5
CEMA	6.3 GEE – Gasto com energia elétrica	valor da fatura de energia elétrica, em valores brutos. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).	Reais	R\$ 3.224.670
CEMA	6.4 GRE – Gasto com energia elétrica por m2	valor total das faturas de energia elétrica, em valores brutos, em relação à área total do órgão. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).	reais / m ²	R\$ 40,45
CEMA	6.5 Uso de energia alternativa	uso de energia alternativa ou renovável. A energia alternativa ou renovável é aquela gerada por fontes renováveis e que não emitem poluentes na atmosfera. As principais fontes alternativas de energia são: energia solar, eólica, maremotriz e geotérmica.	Não se aplica	16,00
CEMA	6.6 NT – Negociação tarifária	verificar se o órgão possui iniciativas de negociação de melhores tarifas com a concessionária de energia elétrica ou se promove ações que resultam em redução dos gastos com energia	Não se aplica	0,00
CEMA	7.1 CA – Consumo de água	consumo total de água fornecida pela concessionária.	metros cúbicos (m ³).	15.588
CEMA	7.2 CRA – Consumo de água por m2	consumo total de água fornecida pela concessionária em relação à área total do órgão.	metros cúbicos de água (m ³) / metro quadrado de área (m ²)	0,20
CEMA	7.3 GA – Gasto com água	valor da fatura de água e esgoto, em valores brutos. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).	Reais	R\$ 229.969,2

Unidade Adm.	Indicadores Res. 400/2021 - CNJ - Sustentabilidade	Definição	Unidade de Medida	2022
CEMA	7.4 GRA – Gasto com água por m2	valor da fatura de água e esgoto, em valores brutos, em relação à área total do órgão. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).	reais / m ²	R\$ 2,88
SSAI	8.1 DPa – Destinação de resíduos de papel	quantidade de papel, papelão e derivados destinados a cooperativas ou associações de catadores para reciclagem ou, na ausência de interessados, a empresas recicladoras.	Kg	4206
SSAI	8.2 DPI – Destinação de resíduos de plásticos	quantidade de plásticos destinados a cooperativas ou associações de catadores para reciclagem ou, na ausência de interessados, a empresas recicladoras.	Kg	1764
SSAI	8.3 DMt – Destinação de resíduos de metais	quantidade de metais destinados a cooperativas ou associações de catadores para reciclagem ou, na ausência de interessados, a empresas recicladoras.	Kg	760
SSAI	8.4 DVd – Destinação de resíduos de vidros	quantidade de vidros destinados a cooperativas ou associações de catadores para reciclagem ou, na ausência de interessados, a empresas recicladoras.	Kg	355
SSAI	8.5 CGe – Coleta geral	quantidade total de resíduos recicláveis destinados a cooperativas, associações de catadores ou empresas recicladoras no caso de localidades onde não seja feita coleta seletiva com separação por materiais, ou seja, quando a única separação for entre "orgânicos" e "recicláveis".	Kg	0
SSAI	8.6 TMR – Total de materiais destinados à reciclagem	soma dos resíduos recicláveis destinados a cooperativas,	Kg	9676

Unidade Adm.	Indicadores Res. 400/2021 - CNJ - Sustentabilidade	Definição	Unidade de Medida	2022
		associações de catadores e empresas recicladoras.		
STI	8.7 DEI – Destinação de resíduos eletroeletrônicos	quantidade de resíduos de informática (fitas, cabos, mídias, equipamentos eletrônicos etc.) destinados à reciclagem, ao reaproveitamento ou a outra destinação correta. Excluem-se os cartuchos e toners que são específicos para impressão, já contemplados no indicador 8.8.	Kg	122
STI	8.8 – DImp - Destinação de resíduos de suprimentos de impressão	quantidade de suprimentos de impressão (carças, toners, cartuchos, fotocondutores) destinados a empresas de logística reversa para reuso e reciclagem. Na ausência dessas empresas na localidade, os resíduos devem ser doados com exigência de Manifesto de Transporte de Resíduos ou destinação final à logística reversa por ser classificado pela ABNT NBR 10.004/2004 como Resíduo Perigoso. Devem ser considerados os resíduos de impressoras próprias e locadas (outsourcing).	Kg	153
SSAI	8.9 DPB – Destinação de resíduos de pilhas e baterias	quantidade de pilhas e baterias enviadas para descontaminação e destinação correta, com exigência de Manifesto de Transporte de Resíduos ou destinação final à logística reversa por ser classificado pela ABNT NBR 10.004/2004 como Resíduo Perigoso.	Kg	160
CEMA	8.10 DLp – Destinação de resíduos de lâmpadas	quantidade de lâmpadas enviadas para descontaminação e destinação correta, com exigência de Manifesto de Transporte de Resíduos ou destinação final à logística reversa.	Kg	0

Unidade Adm.	Indicadores Res. 400/2021 - CNJ - Sustentabilidade	Definição	Unidade de Medida	2022
SGEP	8.11 DRS – Destinação de resíduos de saúde	quantidade total de resíduos de serviços de saúde encaminhados para descontaminação e tratamento, com exigência de Manifesto de Transporte de Resíduos.	Kg	722
CPLAN	8.12 DOB – Destinação de resíduos de obras e reformas	quantidade de resíduos de obra ou de reformas enviados para o aterro de resíduos da construção civil, inclusive os encaminhados para reuso.	Kg	0
CPLAN	9.1 GRef – Gastos com reformas no período-base	corresponde à despesa realizada com reformas ou mudanças de leiaute durante o período-base. Devem ser considerados: materiais de construção utilizados, mão de obra, pintura, fiação elétrica e de rede, divisórias, mobiliário.	Reais	R\$ 17.047,24
CPLAN	9.2 GConst – Gastos com construção de novos edifícios no período-base	corresponde à despesa realizada com a construção de novos edifícios no período-base.	Reais	R\$ 0,00
CEMA	10.1 GLB – Gastos com contratos de limpeza no período-base	totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de limpeza durante o período-base. Incluem-se as despesas decorrentes dos contratos de jardinagem, limpeza de vidros, entre outros.	Reais	R\$ 3.113.556,7
CEMA	10.2 m ² Cont – Área contratada	área especificada nos instrumentos de contrato de manutenção e limpeza, conforme instruções normativas sobre o tema.	m ²	121.235,00
CEMA	10.3 GRL – Gasto com contratos limpeza por m ²	despesa total realizada com o contrato de limpeza dos órgãos em relação à área contratada. Corresponde ao custo médio por m ² dos serviços de manutenção da limpeza do órgão durante o período-base.	reais / m ²	25,68

Unidade Adm.	Indicadores Res. 400/2021 - CNJ - Sustentabilidade	Definição	Unidade de Medida	2022
CEMA	10.4 GML – Gasto com material de limpeza	despesa total realizada com a aquisição de materiais de limpeza durante o período-base. Consideram-se como material de limpeza todos os insumos adquiridos com finalidade de limpeza e conservação do órgão. Não considerar a despesa referente aos materiais de limpeza fornecidos por empresa contratada para serviços de limpeza, pois está contemplada no item 10.1. Considera-se evento gerador a data da compra pelo órgão, conforme regime de competência.	Reais	R\$ 496.500,00
SPJ	11.1 GV – Gastos com contratos de vigilância armada e desarmada	totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de vigilância durante o período-base, englobando todos os gastos, tais como despesas com vigilância armada, vigilância desarmada, supervisor e encarregado, pagamento de auxílios e repactuação, inclusive custos indiretos. Considerar o custo com armas e coletes balísticos.	Reais	R\$ 945.352,0
SPJ	11.2 QPV – Quantidade total de pessoas contratadas para o serviço de vigilância armada e desarmada	quantidade de pessoas contratadas para o serviço de vigilância ao final do período-base.	número de trabalhadores	16
SPJ	11.3 - GRV - Gasto médio com contrato de vigilância armada e desarmada	despesa total realizada com contrato de vigilância em relação à quantidade de pessoas contratadas para o serviço de vigilância.	reais/número de trabalhadores	59.084,00

Unidade Adm.	Indicadores Res. 400/2021 - CNJ - Sustentabilidade	Definição	Unidade de Medida	2022
SPJ	11.4. GVe - Gasto com contrato de vigilância eletrônica	despesa total com contratos firmados com empresas especializadas para prestação de serviços de vigilância eletrônica, compreendendo a mão de obra, a instalação e a locação de equipamentos de circuito fechado de TV; a instalação de alarmes; a aquisição e instalação de pórticos detectores de metais e outros itens de vigilância eletrônica.	Reais	R\$ 405.641,00
STI	12.1 GTF - Gasto com telefonia fixa	despesa realizada com serviços de telefonia fixa, inclusive tecnologia VoIP. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).	Reais	R\$ 331.354,0
STI	12.2 LTF - Linhas Telefônicas Fixas	quantidade total de linhas telefônicas fixas, incluindo linhas fixas, ramais e terminais VoIP.	número de linhas fixas.	567
STI	12.3 GRTF - Gasto relativo com telefonia fixa	despesa realizada com serviços de telefonia fixa, inclusive tecnologia VoIP, em relação ao total de linhas. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).	reais / número de linhas telefônicas fixas.	583,82
STI	12.4 GTM - Gasto com telefonia móvel	despesa realizada com pagamento das faturas de telefonia móvel e reembolsos/ressarcimentos. São contabilizados gastos com voz, dados e assinatura. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).	Reais	R\$ 39.397,96
STI	12.5 LTM - Linhas Telefônicas Móveis	quantidade total de linhas telefônicas móveis, (celulares, dados e assinaturas) e a quantidade de linhas que recebem reembolso.	número de linhas móveis.	1.464
STI	12.6 GRM - Gasto relativo com telefonia móvel	despesa realizada com pagamento das faturas de telefonia móvel em relação à quantidade de linhas móveis. São contabilizados gastos com voz, dados e assinatura. Considera-se	reais / número de linhas telefônicas móveis	26,91

Unidade Adm.	Indicadores Res. 400/2021 - CNJ - Sustentabilidade	Definição	Unidade de Medida	2022
		evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde).		
SPJ	13.1 Km – Quilometragem	quilometragem total percorrida pelos veículos, próprios ou locados.	quilômetros (km).	446212
SPJ	13.2 VGEF – Quantidade de veículos a gasolina, etanol e flex	quantidade total de veículos movidos exclusivamente à gasolina, etanol e flex existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados(as) e veículos pesados, sejam próprios ou locados.	número de veículos.	58
SPJ	13.3 VD – Quantidade de veículos a diesel	quantidade total de veículos movidos, exclusivamente, a diesel existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados(as) e veículos pesados, sejam próprios ou locados.	número de veículos	14
SPJ	13.4 VAlt – Quantidade de veículos movidos por fontes alternativas	quantidade total de veículos movidos, exclusivamente, a energia solar, energia elétrica, hidrogênio, existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados(as) e veículos pesados, sejam próprios ou locados.	número de veículos	0
SPJ	13.5 QVe – Quantidade de veículos	quantidade total de veículos existentes no órgão ao final do período-base, incluindo veículos de serviço e veículos destinados a magistrados(as), sejam próprios ou locados. A quantidade total de veículos (QVe) deve coincidir com a soma da quantidade de veículos de serviço (QVS) e a quantidade de veículos de magistrados(as) (QVM).	número de veículos.	72
SPJ	13.6 QVS – Quantidade de veículos de serviço	total de veículos do órgão, próprios ou locados, exceto os utilizados para	número de veículos de serviço.	53

Unidade Adm.	Indicadores Res. 400/2021 - CNJ - Sustentabilidade	Definição	Unidade de Medida	2022
		locomção dos magistrados(as).		
SPJ	13.7 UVS – Usuários por veículo de serviço	quantidade relativa de usuários por veículos de serviço, próprios ou locados.	número de usuários / número de veículos de serviço	37,00
SPJ	13.8 QVM – Quantidade de veículos destinados à locomoção de magistrados(as)	total de veículos do órgão, próprios ou locados, utilizados exclusivamente para a locomoção de magistrados(as). Excluem-se os veículos já computados no item 13.6.	número de veículos de magistrado(a).	19
SPJ	13.9 UVM – Usuários por veículo destinado à locomoção de magistrados(as)	quantidade relativa de usuários por veículos, próprios ou locados, utilizados exclusivamente para a locomoção de magistrados(as).	número de usuários / número de veículos de magistrado(a)	1
SPJ	13.10 GMV – Gasto com manutenção de veículos	corresponde à despesa realizada com pagamento de serviços de manutenção dos veículos do órgão. Computam-se as despesas com contratos ou com demais serviços relacionados (ex.: peças de reposição, pneus, lubrificantes, custos com oficina, lavagem, seguro contratado, licenciamento, DPVAT, IPVA, entre outros). Não devem ser considerados os gastos com combustível nem com terceirização de motoristas. Unidade de medida: reais.	Reais	R\$ 479.855,65
SPJ	13.11 GRMV – Gasto relativo com manutenção por veículo	despesa total realizada com manutenção de veículos em relação à quantidade total de veículos.	reais / número de veículos.	R\$ 6.664,66
SPJ	13.12 GCM – Gastos com contratos de motoristas	despesa total realizada com contratos de motoristas e/ou termos aditivos durante o período-base.	Reais	R\$ 695.169,18
SPJ	13.13 GRGM – Gasto com contrato de motoristas por veículo	despesa total realizada com contratos de motoristas em relação à quantidade de veículos.	reais / número de veículos.	R\$ 36.587,85

Unidade Adm.	Indicadores Res. 400/2021 - CNJ - Sustentabilidade	Definição	Unidade de Medida	2022
SPJ	13.14 GCV - Gasto com contratos de agenciamento de transporte terrestre	despesa total realizada com contratos de agenciamento de transporte terrestre de pessoal a serviço.	Reais	R\$ 0,00
SPJ	14.1 CG - Consumo de gasolina	quantidade total de litros de gasolina (comum e aditivada) consumida por veículos. Não deve ser computado o consumo desse combustível, quando utilizado para funcionamento de outros tipos de máquinas, tais como geradores.	litro (l)	47.817,96
SPJ	14.2 CE - Consumo de etanol	quantidade total de litros de etanol consumido por veículos.	litro (l)	0
SPJ	14.3 CD - Consumo de diesel	quantidade total de litros de óleo diesel (comum, S50, S10 e outros) consumido por veículos. Não deve ser computado o consumo desse combustível, quando utilizado para funcionamento de outros tipos de máquinas, tais como geradores.	litro (l)	17.196,00
SPJ	14.4 CRAG - Consumo de gasolina e etanol por veículo	quantidade relativa de litros de gasolina e etanol consumidos por cada veículo.	litro (l) / número de veículos	824,45
SPJ	14.5 CRD - Consumo de diesel por veículo	quantidade relativa de litros de diesel consumido por cada veículo.	litro (l) / número de veículos.	1.228,34
SPJ	14.6 GC - Gasto com combustível	gasto com combustível para abastecimento de veículos movidos à gasolina, etanol, gasolina e etanol, diesel, Gás Natural Veicular (GNV), hidrogênio e outros.	Reais	R\$ 460.626,25
CCS	15.1 GC Graf - Gastos com serviços gráficos no período-base	despesas realizadas com serviços gráficos (exemplos: impressão de adesivos, banners, cartões de visita, crachás, credenciais, convites, calendários, envelopes, fotografias, folders, jornais informativos, panfletos, papéis timbrados, pastas e outros). Deve ser contabilizada também a despesa com mão de obra.	Reais	R\$ 129.712,47

Unidade Adm.	Indicadores Res. 400/2021 - CNJ - Sustentabilidade	Definição	Unidade de Medida	2022
CLC	16.1 ACR – Aquisições e contratações realizadas no período-base	quantidade de contratos celebrados no período-base com inclusão no Termo de Referência ou Projeto Básico - de critério de sustentabilidade.	número de contratos celebrados com critério de sustentabilidade.	1
CLC	16.2 ACS - Aquisições e contratações sustentáveis realizadas no período-base	Percentual de aquisições e contratações realizadas no exercício com a inclusão de critério de sustentabilidade.	percentual.	100,00%
CLC	16.3 PCS - Percentual de Aquisições e Contratações Sustentáveis sobre a totalidade	Percentual de aquisições e contratações realizadas no exercício com a inclusão de critério de sustentabilidade.	percentual.	100,00%
SGEP	17.1 PQV - Participações em qualidade de vida	quantidade de participações da força de trabalho total em ações de qualidade de vida no trabalho.	número de participantes	4661
SGEP	17.2 AQV - Quantidade de Ações de qualidade de vida	quantidade de ações de qualidade de vida no trabalho organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias. Aqui devem ser consideradas somente as ações e não as participações, que devem ser consideradas no item 17.1	número de ações realizadas	89
SGEP	17.3 PRQV – Percentual de participantes em ações de qualidade de vida	percentual da força de trabalho total participante nas ações de qualidade de vida no trabalho.	percentual por ação	208,45%
SGP	17.4 PAS - Participação em ações solidárias	quantidade de participações do corpo funcional em ações solidárias	número de participantes	43
SGP	17.5 AS – Quantidade de ações solidárias	quantidade de ações solidárias que foram organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias	número de ações realizadas	4
SGP	17.6 PRAS – Percentual de participantes em ações solidárias	percentual da força de trabalho total que participa como voluntária nas ações solidárias em relação ao total do corpo funcional do órgão.	percentual por ação.	1,92%

Unidade Adm.	Indicadores Res. 400/2021 - CNJ - Sustentabilidade	Definição	Unidade de Medida	2022
EJUD6	18.1 ACap - Ações de capacitação em sustentabilidade	quantidade de ações de capacitação relacionadas à sustentabilidade organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias. São considerados eventos de capacitação: Curso, Oficina, Palestra, Seminário, Fórum, Congresso, Semana, Jornada, Convenção, Colóquio, entre outros	Nº ações	11
EJUD6	18.2 ASen - Ações de sensibilização em sustentabilidade	quantidade de ações de sensibilização relacionadas à sustentabilidade organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias.	Nº ações	151
EJUD6	18.3 PCap - Participação em ações de capacitação em sustentabilidade	total de participações em ações de capacitação durante o período-base.	Nº participantes	111
EJUD6	18.4 PRCap - Percentual de participantes em ações de capacitação em sustentabilidade	percentual de participantes nas ações de capacitação relacionadas à temática socioambiental em relação à força de trabalho total do órgão.	percentual por ação.	4,96%

Indicadores Res. 401/2021 - CNJ - Acessibilidade e Inclusão	Definição	Unidade de Medida	2.022
1.1 MagP(PcD) - Quantidade de magistrados(as) com deficiência.	número total de magistrados(as) com deficiência no órgão ao final do período base, somando-se todos os graus de jurisdição. Para os Conselhos, considerar todos os Conselheiros na presente variável, independentemente de serem ou não pertencentes à magistratura.	magistrados(as)	0,00
1.2 - TPEft/TPI (PcD) - Quantidade de servidores(as) com deficiência.	número total de servidores(as) do quadro efetivo com deficiência. Considerar todos os servidores(as) efetivos, cedidos(as) ao órgão e requisitados(as) pelo órgão lotados ao final do período-base. Não são computados os(as) servidores(as)	servidores(as)	63,00

	que saíram do órgão por cessão ou requisição e os(as) servidores(as) comissionados(as) sem vínculo		
1.3 TPSV (PcD) - Quantidade de servidores(as) comissionados com ou sem vínculo com deficiência.	número total de servidores(as) com deficiência que possuem cargo em comissão (CC) com ou sem vínculo com o órgão.	servidores(as) comissionados(as)	1,00
1.4 TPFC (PcD) - Quantidade de servidores(as) com função comissionada com deficiência.	número total de servidores(as) com função comissionada (FC) do quadro efetivo com deficiência.	servidores(as) com função comissionada	33,00
1.5 - TFAuxE (PcD) - Quantidade de estagiários(as) com deficiência.	número total de estagiários(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.	estagiários(as)	0,00
1.6 TFAuxT (PcD) - Quantidade de trabalhadores terceirizados(as) com deficiência.	número total de terceirizados(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base	trabalhadores(as) terceirizados(as)	3,00
1.7 TFAuxC (PcD) - Quantidade de conciliadores(as) com deficiência.	número total de conciliadores(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.	conciliadores(as)	1,00
1.8 TFAuxJL (PcD) - Quantidade de juizes(as) leigos(as) com deficiência.	número total de juizes(as) leigos(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.	juizes(as) leigos(as)	
1.9 TFAuxSP (PcD) - Quantidade de trabalhadores(as) com deficiência que atuam em serventias judiciais privatizadas	número total de trabalhadores(as) com deficiência que atuam em serventias privatizadas ao final do período-base.	trabalhadores(as)	
1.10 TFAuxV (PcD) - Quantidade de voluntários(as) com deficiência.	número total de voluntários(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.	voluntários(as)	
1.11 TFAuxApr (PcD) - Quantidade de aprendizes com deficiência.	número total de aprendizes com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base. (Lei do Jovem Aprendiz - Lei nº 10.097/2000)	aprendizes	2,00

2.1 Proporção de servidores(as), com deficiência ou não, capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.	proporção de servidores(as), com deficiência ou não, capacitados(as) em cursos, realizados pelo órgão ou com outras instituições, nas temáticas sobre acessibilidade e inclusão em relação ao total de servidores(as) do órgão.	QS1/SERV; QS2/SERV	1,99%
2.1.1 Quantidade de servidores(as) com deficiência capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.			3,00
2.1.2 Quantidade de servidores(as) sem deficiência capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.			32,00
2.2 Quantidade de cursos oferecidos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoal com deiciência no ano-base.	quantidade de cursos oferecidos pelo órgão ou em parceria com outras instituições sobre a temática de acessibilidade e inclusão.	Cursos	5,00
2.3 Quantidade de vagas oferecidas em cursos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base.	quantidade de vagas ofertadas pelo órgão ou em parceria com outras instituições sobre a temática de acessibilidade e inclusão.	vagas	430,00

2.4 QLibrasServ - Quantidade de servidores(as) do Quadro de Pessoal Capacitados em Libras no período-base.			15,00
2.5 QLibrasAux - Quantidade de pessoas do quadro auxiliar capacitadas em Libras no período-base.	quantidade de pessoas do quadro auxiliar (terceirizados(as), estagiários(as), juizes(as) leigos(as), conciliadores(as), voluntários(as) capacitadas em Libras, nos termos do Decreto no 9.656/2018 (capacitação básica).	pessoas	1,00
2.6 Proporção de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.	proporção da quantidade de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência em relação à quantidade total de gestores(as) do órgão. Entende-se como gestor(a): servidores(as) nomeados(as) para o exercício de cargo em comissão ou designados(as) para função comissionada de natureza gerencial.	QGc/QGt	0,00
2.6.1 QGt Quantidade total de gestores(as)			210,00
2.6.2 QGc - Quantidade de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.			7,00
2.6.3 Proporção de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.			30,00

2.7 Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Gestão de Pessoas para o pleno atendimento de pessoa com deficiência.	quantidade de pessoas capacitadas para o pleno atendimento (no aspecto psicossocial) de pessoa com deficiência.	peessoas	0,00
2.8 Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Tecnologia da Informação capacitados(as) em normas de acessibilidade digital.	quantidade de pessoas capacitadas em normas de acessibilidade digital (eliminação de barreiras na web). A acessibilidade digital pressupõe que os sítios eletrônicos sejam desenvolvidos de modo que todas as pessoas possam navegar e interagir de forma efetiva.	peessoas	5,00
2.9 Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Engenharia e/ou Arquitetura capacitados(as) em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica.	quantidade de pessoas capacitadas em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica	peessoas	4,00
2.10 Quantidade de ações de sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão.	quantidade de ações que promovam a sensibilização do corpo funcional, introduzindo conceitos e temas relacionados à pessoa com deficiência e desmitificando preconceitos. Exemplos: palestras, depoimentos de pessoas com deficiência, cartazes etc.	quantidade de ações de sensibilização	3,00
2.11 ACpi – Ações de promoção da inclusão.	quantidade de ações realizadas pelo órgão, ou em parceria com outras instituições, voltadas para atividades destinadas às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, excluídas as ações de capacitação (ex: eventos destinados ao lazer, à saúde e à cultura)	ações	0,00

2.12 QCont.Libras - Proporção de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras em relação ao total de contratos no período-base.	quantidade de contratos que envolvam atendimento ao público externo que possuam mão de obra qualificada para o atendimento à pessoa com surdez. Exemplos: contratos de recepcionista, segurança, brigadista e outros que prestam atendimento ao público externo.	contratos	1,00
2.12.1 Qct - Quantidade total de contratos que envolvam atendimento ao público externo			3,00
2.12.2 QCLibras - Quantidade de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras			0,00
2.12.3 QCont.Libras - Proporção de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras em relação ao total de contratos no período-base.			0
3.1 VAccess - Quantidade de Vídeos Produzidos Com Recursos de Acessibilidade.	quantidade de vídeos produzidos com recursos de acessibilidade (ex: legenda, janela de libras, audiodescrição)	vídeos	19

3.2 MAcess - Quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas em formato acessível.	quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas no site do órgão do Poder Judiciário em formato acessível (ex: descrição para as imagens que transmitem conteúdo, descrição de links com texto explicativo, alternativas para áudio e vídeo: legenda, transcrição textual, Libras, audiodescrição)	matérias jornalísticas	1078
3.3. A ouvidoria da instituição disponibiliza formas de comunicação alternativas acessíveis para atendimento ao público com deficiência?	() Não ; (x)sim, qual?		A Ouvidoria utiliza as seguintes ferramentas como formas de comunicação alternativa: Whatsapp em texto para deficientes auditivos e mobilidade reduzida; balcão virtual e telefones fixos e celular para deficientes visuais e mobilidade reduzida, mensagem via e-mail e formulário eletrônico para deficientes auditivos e mobilidade reduzida. Total de atendimento anual: 1794
3.4 Proporção de eventos, presenciais ou a distância, promovidos pela instituição disponibilizados por meios de comunicação acessível em relação a	proporção de eventos promovidos pelo órgão contendo comunicação acessível para pessoas com deficiência em relação a todos os eventos promovidos no ano base. Fórmula: $QEAc / QEt$	eventos	0,035

quantidade de eventos totais.			
3.4.1 Quantidade de eventos total, presenciais ou a distância			321
3.4.2 QEAc - Quantidade de eventos com acessibilidade comunicacional			11
3.4.3 Proporção de eventos, presenciais ou a distância, promovidos pela instituição disponibilizados por meios de comunicação acessível em relação a quantidade de eventos totais.			0,035
4.1 O órgão utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade do seu site e de seus links?	() Não; () sim, qual?		Sim. Utilizamos o ASES (https://asesweb.governoeletronico.gov.br), do Governo Federal.
4.2 O órgão fornece alguma tecnologia assistiva que permita o uso de computadores por pessoa com deficiência visual, acentuada ou total?	Informar se o órgão oferece ao público interno e/ou externo tecnologias assistivas, tais como programa de leitor de tela, para possibilitar a utilização de computadores. Selecione mais de uma opção, se houver : () Não fornece nenhum programa; (x) programa de leitor de tela; () aplicativos associados a programas sintetizadores de voz; () ferramenta de contraste; () programa de ampliação de tela; (x) outros programas		As soluções contratadas através dos PROADs 16208/2018 e 27193/2018 estão disponíveis ao público interno, e consistem em soluções de Linha Braille, softwares JAWS, Finereader e Vocalizer para NVDA.

4.3 O órgão fornece algum programa para pessoas com deficiência (público interno e/ou externo) para uso nos aplicativos de videoconferência?	Informar se o órgão oferece ao público interno e/ou externo tecnologias assistivas para possibilitar o uso de aplicativos de videoconferência. () não fornece; () sim, quais?		Não fornece
--	---	--	-------------